



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 095.3.55.0**

**DATA: 26/04/17**

**TURNO: Noturno**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa**

**Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 22h32min**

**TÉRMINO: 02h06min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

**Obs.:**

**Ata da 095ª Sessão, em 26 de abril de 2017**

**Presidência dos Srs.:**

**ÀS 22 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



## I - ABERTURA DA SESSÃO

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 487 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

## II - LEITURA DA ATA

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

## III - EXPEDIENTE

**(Não há expediente a ser lido)**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se às

## IV - BREVES COMUNICAÇÕES

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está mantido o painel. *(Manifestação no plenário: Novo painel! Novo painel!)*

Novo painel.

Informo que amanhã haverá sessão deliberativa até as 15 horas, conforme anunciado na semana passada. Até as 15 horas, todas as votações terão efeito administrativo. Nenhuma justificativa, fora as regimentais, será admitida.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Daniel Vilela.

**O SR. DANIEL VILELA** (PMDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a Câmara dos Deputados neste momento dá o primeiro passo para trazer o Brasil para o mundo moderno das



relações de trabalho. Nós iniciamos hoje — volto a afirmar desta tribuna — talvez uma das principais contribuições desta legislatura com o nosso País.

A Base do Governo pode estar convicta e segura de que hoje nós não votamos aqui por uma questão de governo, e sim pelo bem do nosso País, e sim pelos mais de 13 milhões de desempregados que querem voltar a ter esperança e expectativa em ter renda.

Eu fiz questão de, desta tribuna, desafiar os Deputados que eram contra essa reforma a apresentar na Constituição Federal, no art. 7º, os direitos que nela constam e que estavam sendo retirados por esta reforma.

Infelizmente, ninguém teve coragem de levar a Constituição à tribuna e apontar textualmente qual direito foi retirado neste texto ora aprovado.

Nós temos que entender a necessidade de o Brasil apresentar uma segurança jurídica aos nossos empreendedores. Nós temos que fazer aqui no Brasil a cultura da conciliação e não a cultura da judicialização.

É preciso reconhecer, Sr. Presidente, que um País que tem uma legislação que gera 4 milhões de novas ações, por ano, tem algo de errado, está anacrônico e precisa ser atualizado.

Nós não podemos fazer discursos colocando contra trabalhadores e empreendedores. Essa reforma tem também como objetivo a harmonização dessa relação entre trabalhadores e empreendedores.

O Brasil hoje dá um passo para voltar a gerar empregos e caminhar para que haja emprego para todos os brasileiros.



Quero aqui, como Presidente da Comissão, Presidente Rodrigo Maia, agradecer o Líder da bancada do PMDB, Deputado Baleia Rossi, pela oportunidade de representar o meu partido naquela Comissão como Presidente.

Quero fazer um agradecimento a todos os colaboradores da Comissão em nome da Secretária Viviane e de todos aqueles que passaram vários dias trabalhando exaustivamente, contribuindo também com o nosso País.

Quero aqui agradecer toda a equipe que construiu esse texto ao lado do Relator, Deputado Rogério Marinho, em nome do Dr. Mário, Dra. Ana, do Antônio, do Dr. André, dos nossos consultores da Casa que também foram fundamentais para que chegássemos aqui hoje com um texto que traz a modernidade para o mundo das relações de trabalho.

Quero aqui também enaltecer os juízes que tiveram coragem, os mais de 100 juízes que tiveram a coragem de manifestar publicamente o apoio a essa modernização da legislação trabalhista, mesmo ao arrepio da Associação, que fez com que os juízes não se manifestassem, que atuou para que alguns juízes não pudessem também se manifestar favoráveis. Eu entendo que hoje é um dia histórico, marcante, importante e divisor de águas no nosso País.

E finalizo aqui, usando uma reflexão do Ex-Ministro do Trabalho, um dos grandes operadores do Direito do Trabalho brasileiro, Almir Pazzianotto: *“O que protege o trabalhador não é a lei; o que protege o trabalhador é a renda.”*. Vamos voltar a dar renda para aqueles que precisam no Brasil.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Júlio Cesar com a palavra.

*(Pausa.)*



Antes, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu queria deixar registrado que hoje tivemos pela bancada de São Paulo um encontro com a Presidente do TRF 3, Dra. Cecília Piedra Marcondes, também com o Presidente da AJUFE de São Paulo, Dr. Fernando, mostrando um relacionamento extremamente importante.

E, hoje pela manhã, estive no Ministério do Meio Ambiente, com o Ministro Sarney Filho, junto com a Presidente do IBAMA, Sra. Suely, quando foi assinado um licenciamento para a ampliação do porto de Santos. Alex Oliva esteve presente, e nós mostramos a nossa satisfação com o aumento da possibilidade, registrando o nosso relacionamento com o SINDAPORT e com os trabalhadores aposentados, e, também, o nosso relacionamento com a Guarda Portuária, que precisa ser valorizada, e, sem dúvida nenhuma, é muito importante para o porto de Santos, para o Brasil, para a América Latina e para todo progresso que certamente virá dessa nova oportunidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Júlio Cesar, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

**O SR. JÚLIO CESAR** (PSD-PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cada dia mais eu vejo disparidades existentes no nosso País, disparidades sociais e regionais, principalmente em relação à região menos favorecida pela atenção do poder central, que é a região Nordeste.

O Nordeste, Sr. Presidente, está sofrendo uma grande injustiça por causa de uma decisão ocorrida em 2001. Essa decisão do Governo Federal zerou o imposto



de importação do álcool anidro, que era 20%, para permitir a entrada do álcool americano com subsídio do Tesouro americano e a competição com o álcool brasileiro.

E de onde é que vem e para onde é que vai? Oitenta por cento para o Nordeste, exatamente para a região, como disse, mais desprotegida de atenção do Governo Central, que está inviabilizando a produção de álcool por usinas de diversos Estados do Nordeste.

O Brasil já importou este ano 800 milhões de litros de álcool, e há um trabalho muito grande das federações e dos sindicatos, para que o Governo restabeleça a cobrança do imposto de importação, a fim de tornar o nosso álcool, principalmente o do Nordeste, mas também o do Brasil como um todo, mais competitivo.

Estive no Ministério da Fazenda, amanhã ou depois de amanhã vai ter uma reunião do Conselho Monetário Nacional e, mais uma vez, essa matéria não entrou na pauta. Já mexeram em várias pautas, inclusive na prorrogação dos débitos da região sul de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do Matopiba do Nordeste, mas excluíram grande parte do Nordeste, que, durante esses últimos anos, tem sofrido e sofrido muito pelas sucessivas estiagens e pelas sucessivas secas que assolam o Nordeste.

Então, nós pedimos, mais uma vez, ao Ministério da Fazenda que encaminhe ao Conselho Monetário Nacional o projeto de resolução permitindo não reduzir débitos, mas prorrogar os débitos vencidos do Nordeste, de 2012 a 2016, a exemplo do que eles já fizeram com outros Estados. Fizeram isso com o Estado do Sul, vão fazer isso esta semana com Minas Gerais e nós queremos que seja feito também com os outros Estados do Nordeste brasileiro.



Também eu quero protestar contra o Conselho Monetário Nacional, que estipulou a taxa de juros do FNE, do FNO e do FCO, que são recursos oriundos do IPI e do Imposto de Renda, formadores dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para que reveja a taxa.

O Conselho agora fixou uma taxa superior à taxa do BNDES. Não é possível que no Nordeste, no Norte, no Centro-Oeste — onde estão realmente as menores rendas *per capita* do Brasil, onde há menos privilégios, onde a renegociação dos débitos dos Governadores foi de apenas 10% contra 90% do Sul e do Sudeste — os agricultores dessas três Regiões paguem juros superiores aos juros do BNDES.

Também, Sr. Presidente, estão acabando com a SUDENE. A SUDENE, em 1988, tinha incentivos fiscais 2 vezes os da Zona Franca de Manaus. Este ano, pela proposta do Governo, era para ser apenas 2%. Foi graças a uma emenda que nós apresentamos à Relatoria do Orçamento, do Senador Eduardo Braga, que aumentamos para 4%.

E mesmo assim, Sr. Presidente, estão querendo acabar com o FDNE. É pouco recurso: 1 bilhão e pouco. Por que estão querendo acabar? Porque só remunera, tem que passar para um banco, passaram para o Banco do Brasil, e a remuneração é apenas 2,5%.

Olhem as incoerências: quando é o FNE, é 8%, 10%, 11%, 13%. Quando é o FDNE, que é da SUDENE, a remuneração é apenas 2,5%.

E o Banco do Brasil não quer assumir esse risco, porque o risco é 100% do agente financeiro. Não dá para remunerar durante 20 anos, por exemplo, porque são financiamentos propostos com esses recursos, com a taxa de 2,5%.





Por fim, Sr. Presidente, eu queria falar sobre a Zona de Processamento de Exportação — ZPE. Trata-se de modelo de gestão colocado em vários Estados brasileiros. O Brasil tem 25 ZPEs criadas. Só há uma funcionando a contento, que é a do Ceará. Ela funciona não só pelos incentivos, mas também porque veio uma empresa de fora. E, com o capital coreano junto com o capital da Vale, implantaram no Ceará uma siderúrgica de 5.5 bilhões de dólares, que está funcionando a contento.

Como Relator do projeto de modernização da ZPE, nós fizemos com que aquelas empresas colocadas nas ZPEs no Brasil, de vários brasileiros, possam aumentar de 20 para 40 para vender no mercado interno. Mas é para se pagar imposto. Quando se vende aqui no Brasil, paga-se todos os impostos. Ela pode importar com suspensão tributária, mas, vendendo no Brasil, tem que pagar. Está na mesa de V.Exa., Sr. Presidente, o pedido de urgência, urgentíssima, para que coloque em pauta — e coloque logo — o projeto das ZPEs que estão em quase todos os Estados do Brasil, porque há grande inimizade nesta decisão. Apenas aquele Estado tem privilégio exagerado com o subsídio da União, porque tem a maior base econômica, que é o Estado de São Paulo.

Então, peço a V.Exa. que vote o projeto da ZPE para se fazer justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo do Brasil que acompanha esta sessão, lamentável sessão, com um quórum baixo de Deputados que não dá para aprovar nenhuma reforma constitucional da Previdência, mas que, lamentavelmente,



aprovou a destruição da CLT, um retrocesso nos direitos trabalhistas e uma precarização do direito do trabalho no Brasil.

Nesta noite, um esforço da sociedade brasileira de mais de 70 anos, que protegeu os trabalhadores brasileiros, foi destruído baseado numa mentira: a mentira de que se quer produzir e gerar empregos no Brasil. O que gera emprego, Sras. e Srs. Deputados, é política econômica. O que está gerando desemprego é uma política econômica equivocada do Governo golpista de Michel Temer. Uma política econômica recessiva, uma política econômica que engessou o Estado, no momento em que o Estado tem que investir em obras públicas, incentivar o investimento privado. Isso é o que gera desemprego.

Com a CLT, o Governo Lula gerou mais de 20 milhões de empregos no Brasil.

Então, não é a CLT que dificulta a geração de emprego, mas o que foi decidido nesta noite. Os salários terão menor participação na renda nacional. Quem terá maior participação, doravante, continuará sendo o capital.

Nós estávamos diminuindo as desigualdades entre aquele que detém o capital e aquele que detém a mão de obra e, portanto, participa nos salários. Nós estávamos diminuindo a desigualdade social.

O Parlamento, com sua maioria, formada sei lá com quais argumentos, nesta noite, destrói esse ciclo e vai diminuir a participação dos salários na renda nacional.

De que forma fará isso? Em primeiro lugar, precarizando o trabalho, fazendo com que a terceirização se espraie pela economia brasileira. Ao fazê-la se espriar, muitos empresários substituirão trabalhadores que já conquistaram direitos e maiores salários por trabalhadores precarizados, terceirizados, e às vezes até como pessoas jurídicas, que receberão menores salários. Isso precariza o trabalho e tira



aquela hora que o trabalhador ganha durante o transporte, diminuindo o tempo de almoço, aumentando a jornada de trabalho.

Essa é a precarização que este Parlamento aprovou nesta noite. Ao mesmo tempo, ela desprotege o trabalhador.

A empresa terceirizada não terá a solidariedade da empresa contratante quando a empresa terceirizada não pagar salários e direitos trabalhistas. A reforma desprotege o trabalhador, avança sobre os sindicatos, acaba com o imposto sindical, diminui a possibilidade de evitar demissões em massa e de homologar demissões nos sindicatos, enfraquece a Justiça do Trabalho.

Esta é a maior violência dos últimos 40 anos sobre os direitos trabalhistas. Só a ditadura militar ofendeu tanto os direitos trabalhistas na história recente do Brasil.

Mas nós, como sociedade, temos que reagir. Em primeiro lugar, temos que evitar que esta matéria seja votada no Senado brasileiro. Eduardo Cunha, antecessor de Rodrigo Maia, votou a terceirização, mas o Senado brasileiro não votou aquela terceirização até hoje.

O Senado brasileiro, que vai ser renovado em dois terços no ano que vem, não pode permitir que esta matéria prospere. E aqueles Deputados que votaram favoravelmente terão seus nomes divulgados por todo o País.

Ao mesmo tempo, nós temos, caso ela venha a prosperar no Senado, que fazer um referendo revogatório desta matéria. Mas, para isso, a sociedade brasileira tem que se mobilizar, e a grande esperança de mobilização é a paralisação do País no dia 28 de abril.

Essa paralisação parece uma paralisação próspera, porque as igrejas estão se manifestando.



Se tem que fazer reformas, tem que discuti-las com o povo. Estas reformas não estão sendo discutidas com o povo, nem a reforma trabalhista nem a reforma previdenciária.

As igrejas já entenderam que essas ditas reformas, porque não são reformas, são destruições de direitos, não avançam em direitos, retrocedem em direitos.

As escolas particulares e públicas, os bancários, os metalúrgicos, os metroviários já estão se mobilizando.

Portanto, a greve geral será o grande momento para paralisar esse retrocesso, que nós estamos vivendo no nosso Brasil.

Ao mesmo tempo, nós não podemos admitir que um governo que não é fruto das urnas, mas de um golpe parlamentar, e que tem 5% de aprovação mexa com direitos tão profundamente.

Hoje, o *site The Intercept Brasil* demonstrou que grande parte das emendas aprovadas são de autoria das confederações do transporte, da indústria, do sistema financeiro. Portanto, o que valeu nessa noite foi o poder econômico, que está impondo a um governo sem popularidade que faça as mudanças que interessam ao grande capital no Brasil e não ao mundo do trabalho.

Por isso, resta à sociedade brasileira, além de fazer uma mobilização pela greve geral, além de impedir que o Senado vote essa matéria, interromper um ciclo de legitimidade de um governo que foi imposto ao País por um golpe comandado por um presidiário de Curitiba, com apoio do sistema econômico, do sistema mídia e de segmentos do setor judiciário.

Nós temos que interromper esse ciclo com eleições diretas para Presidente da República, antecipando as eleições de 2018, para que possamos garantir que o



País volte aos trilhos, volte a crescer, a gerar emprego, a dar direitos e não a retirar direitos.

Esta noite, quem votou nesta dita reforma votou na barbárie e não num processo civilizatório, votou no retrocesso e não no avanço, votou contra o povo brasileiro que mais precisa deste Parlamento.

Certamente, V.Exas. verão que não prosperarão tais retrocessos nem no Senado brasileiro nem na sociedade brasileira. Por isso, foi “não” o nosso voto dado nesta noite nesta matéria.

#### **V - ORDEM DO DIA**

*PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 340 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

#### **PROJETO DE LEI Nº 6.787, DE 2016**

##### **(DO PODER EXECUTIVO)**

*Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências.*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento retirada da proposição constante da Ordem do Dia com o seguinte teor:

*Requeremos, nos termos do art. 117, VI, combinado com o art. 101, inciso I, alínea "a", 1 e art. 83, parágrafo único, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, a retirada de pauta do PLP 6.787/16.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, Deputado Weverton Rocha. *(Pausa.)*

Para falar a favor, Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não tem mais acordo, não? Como é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem sim. Ele vai retirar.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu sei que pode parecer que nós viemos à tribuna para falar mais do mesmo. Mas é que uma mentira dita mil vezes vira verdade. Imaginem a própria verdade repetida. Então, nós temos que repetir, sim, que esse projeto retira direito dos trabalhadores; que esse projeto resga a CLT; que esse projeto faz o Dr. Getúlio, autor dos direitos trabalhistas, se revirar no túmulo; que ele faz, sim, os trabalhadores ali na frente, na esquina do tempo, pagar caro. Ele não vai dar segurança, nem tranquilidade aos empregadores, aos patrões.

Tudo isso, a gente precisa dizer para que fique sonante no ouvido das pessoas, para que compreendam, e quando lá na frente acontecer, lembrem que alguém falou, alguém alertou, alguém denunciou.



Aliás, dezenas de emendas apresentadas nesse projeto vieram no tal de “control c”, copia e cola, copia e cola, feitas por lobbies e lobistas e grandes interessados em retirar os direitos dos trabalhadores. Os Deputados que apresentaram a emenda não tiveram nem o capricho de copiar a emenda, e não colar. Mas eles copiaram e colaram. Deixaram ali as digitais do verdadeiro chefe, do verdadeiro patrão.

O PDT tem bem claro o compromisso que tem com os trabalhadores. Sim, nós temos consciência de que é preciso também compreender o empregador. Afinal, de contas, não há trabalho sem capital; e não há capital sem trabalho.

Mas o Senador Pasqualini, o inspirador do trabalhismo, já disse lá no passado, Senador da República que foi, que o capital é o resultado do trabalho acumulado. O que quer dizer que, da conjugação de esforços, o trabalho vem primeiro e o capital é consequência do trabalho. Falta maturidade, falta compreensão. Esta Casa se asseverou de um ataque aos direitos dos trabalhadores sem precedente na história da Nação, tirando direitos dos estudantes, tirando direito das universidades, limitando gastos na saúde, limitando gastos na educação, tirando direitos trabalhistas, tirando direitos sociais na PEC da Previdência.

Não sei até quando, mas haverá de cair aqui, como dizia o Dr. Brizola, a maldição dos pobres sobre aqueles que atentam contra os pobres.

Mas como nós não somos do “quanto pior, melhor”, Sr. Presidente, nós vamos retirar a retirada de pauta, para que o PDT possa aprovar os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de destaque para votação em separado.



*Requeiro, nos termos do art. 117, § 9º, combinado com o art. 161, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do art. 442-B, contido no art. 1º do substitutivo apresentado ao PL 6.787, de 2016, com o objetivo de suprimi-lo.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra, para falar a favor, o Deputado André Figueiredo.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria muita atenção para esse destaque supressivo que vamos fazer agora, inclusive do Relator, Deputado Rogério Marinho, porque ao conversarmos sobre três destaques que estávamos apresentando, S.Exa., de uma forma muito consciente, acatou dois. Um deles é que tirava a responsabilidade solidária e subsidiária das empresas terceirizadoras de serviço, das que pudessem contratar. S.Exa. retirou esse texto que realmente precarizava sobremaneira.

Por outro lado, também tirou o destaque que praticamente acabava com a aprendizagem profissional em nosso País. E, nesse aspecto, apesar de sermos frontalmente contra esse texto, nós queremos aplaudir essa iniciativa do Deputado Rogério Marinho.

Mas, inexplicavelmente permaneceu talvez o texto mais prejudicial ao trabalhador. Por quê? Nós sempre lutamos contra a pejotização. Que é você demitir o funcionário e contratá-lo, seja através de uma empresa que ele venha a criar junto com outros trabalhadores ou contratá-lo através de empresas que sejam terceirizadoras de serviço.





Só que esse texto aqui permite que a empresa possa demitir um trabalhador e contratá-lo como autônomo. E o que é o trabalhador autônomo, na forma que aqui está?

Aí eu vou ler aqui o texto: *“A contratação do autônomo, cumprida por este, em todas as formalidades legais com ou sem exclusividade — ou seja, o autônomo pode ser exclusivo da empresa —, de forma contínua ou não...”* — ou seja, ele pode continuamente, por prazo indeterminado, prestar serviços ao empregador —, *afasta a qualidade de empregado previsto no art. 3º dessa consolidação*”.

Ora, o que é isso na prática? As empresas vão poder contratar trabalhadores autônomos, inclusive seus ex-empregados, pagando apenas 20% de contribuição previdenciária e descontando outros 11% deles.

Não há mais FGTS, não há mais 13º salário, não há mais absolutamente nenhum direito trabalhista. Ao permitir a contratação do autônomo, na verdade, está-se acabando na prática com todos os direitos dos trabalhadores previstos ainda na CLT.

Por isso, o Deputado Rogério Marinho poderia, até mesmo em uma demonstração de entendimento, suprimir este artigo, e que nós pudéssemos orientar todos os partidos a votar, para minimizar os danos que este texto vem provocando.

Nós do PDT não temos dúvida que esse é o maior dano que pode ser causado ao trabalhador brasileiro.

Por isso, nós votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos para orientação de bancada.

Como vota o PP?



**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco vota “sim” ao texto, Sr. Presidente, e orienta toda a base a acompanhar o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota “sim”.

Como vota o PT?

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, este destaque é fundamental, porque o que está se querendo é tirar do texto um artigo que impede que o trabalhador que na prática trabalha o tempo todo dentro de uma empresa como autônomo seja reconhecido como funcionário dessa empresa.

Ora, se ele está o tempo todo trabalhando lá, obedecendo à direção da empresa, caracteriza-se como uma relação de emprego, portanto, tem que ser regida pela CLT.

Então, este destaque é ótimo! Parabéns ao PDT!

O PT vota “não” ao texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o art. 3º da CLT fala que as condições para relação de emprego são: remuneração, habitualidade e subordinação. Bastaria, mantido o art. 442-B, na proposta do Sr. Relator, que se inscrevesse um título “autônomo” no contrato e se determinasse a função de caráter permanente, se determinasse a subordinação e se desse remuneração a esse autônomo porque ele seria autônomo e não teria o vínculo da relação de emprego.



É um absurdo uma formulação, uma parte instrumental, ir contra a lei porque, como bem disse o Relator, como bem disseram os que defenderam essa proposta, isso não atinge em nada a CLT, os direitos dos trabalhadores. Ora, atinge a essência da relação de emprego.

Por isso o PDT vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Solidariedade vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o destaque permite evitar a pejetização irrestrita. A pejetização aprovada por nós, por esta Casa, quando da votação do contrato temporário, já era ruim; essa é ainda mais ilimitada e irrestrita, contraria os entendimentos do Tribunal Superior do Trabalho.

Portanto, nós temos que largar os direitos dos trabalhadores e não mexer com eles.

O PCdoB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)

Como vota o PSB?

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero pedir algo a V.Exa. Sei que os Líderes da base não fazem por maldade, mas, como há uma definição interna do nosso partido, peço que não usem apresentar, em nome de toda a base, voto de orientação do PSB.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu já falei mil vezes, peço que desculpem.

**O SR. BEBETO** - Por isso, eu quero dizer a V.Exa. que, neste destaque, o PSB encaminhará o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PSB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a “pejotização” é uma fraude, é mais uma violência contra o trabalhador. Quer dizer, eu tenho uma empresa de construção. Em vez de contratar o engenheiro João da Silva, eu digo: *“Cria a tua própria empresa, te viras e pagas para ti mesmo. Cumpre com as obrigações de impostos”*.

Em vez de contratar o trabalhador e dar dignidade ao trabalhador, em vez de ter dez engenheiros contratados, contrata dez empresas. É claro que isso é mais um crime, é mais uma violência desse Governo ilegítimo contra os trabalhadores brasileiros. Isso não pode passar.

Não passarão os golpistas criminosos contra o trabalhador brasileiro. O voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede? *(Pausa.)*

Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB é totalmente contra a reforma trabalhista. Não poderíamos nos posicionar de forma diferente. Votamos “não”.



Acreditamos que essa reforma fere os direitos garantidos historicamente com muita luta pelos trabalhadores, rasga a CLT, precariza os direitos dos trabalhadores, impede o acesso do trabalhador à Justiça, enfraquece o Ministério Público do Trabalho, enfraquece a Justiça do Trabalho, estabelece que o negociado tem mais força do que o que está determinado na lei, torna o bico como um padrão de contratação, que é o chamado trabalho intermitente, em que o trabalhador fica à disposição do empregador e recebe por horas ou dias trabalhados, sem vínculos e sem direitos.

Então, o PMB é totalmente contrário à reforma trabalhista e totalmente contrário à reforma da Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vota “não”, por uma razão muito simples. Na verdade, o destaque do PDT se propõe a garantir minimamente direitos para o trabalhador autônomo.

Eu não sei como é que o Relator da matéria ou aqueles que defendem algum direito não aceitam que o artigo destacado deve ser suprimido. Inclusive, quando se reconhece algum direito para o trabalhador autônomo, mais receita entra para a Previdência — já que o Governo fala tanto em arrecadação e receita.

Por isso, a Minoria vota “não” ao texto, Sr. Presidente.

**O SR. ALIEL MACHADO** (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede vota “não”, Sr. Presidente.



**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria mudar a orientação do PPS. O partido vota “não” à manutenção do texto.

Foi nesse sentido uma das 34 emendas que originalmente o PPS apresentou na Comissão. O artigo em questão significa a precarização extrema do trabalhador autônomo. Inclusive, renovamos o nosso apelo ao Relator e aos Líderes da base para que consideremos esse destaque, que pretende suprimir artigo que precariza na extremidade o trabalhador autônomo, no nosso entendimento, de forma absolutamente desnecessária.

Portanto, o nosso voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. ALIEL MACHADO** (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

**O SR. PASTOR EURICO** (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS libera a sua bancada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

**(Não identificado)** - Essa votação será nominal?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Será nominal por causa do acordo. Não é isso? *(Pausa.)*

Só um minutinho, então. É ou não é?



**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Se não for, é verificação, Sr. Presidente. Então, pronto! Verifique.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Dá no mesmo. É só saber...

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Depois que o PDT não concordou, o PP não concorda em votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mas o Deputado Weverton Rocha disse aqui que fez o acordo.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** - Tudo bem.

Então, o PDT verifica, Presidente, junto com o PCdoB.

**O SR. ARTHUR LIRA** - O PP não concorda. Já comuniquei ao Líder. Nós tratamos com todo mundo. O Líder do PDT tem todo o direito de não concordar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Zera o painel, por favor.

**O SR. ARTHUR LIRA** - Depois disso, nós vamos votar essa nominal. Depois, entramos no interstício normal. Vamos seguir o trâmite do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Abre o painel já com as orientações, por favor.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só 1 minuto.

**O SR. ARTHUR LIRA** - O Líder do PDT, Carlos Zarattini, falou que você não falava por ele, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos colocar o painel com as orientações já, por favor.



**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Líder do PP já aproveitou para falar por mim e pelo Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Claro.

**O SR. WEVERTON ROCHA** - Mas fique tranquilo, porque é bom. O Líder do Governo é do PP também.

Então, vocês aproveitem e sigam o Regimento a partir de agora, como sempre deve ser feito. Sem problema.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Base é tudo "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

MANTIDO O TEXTO.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA) - Verificação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Verificação?

**O SR. WEVERTON ROCHA** - Verificação.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB) - Verificação conjunta, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Verificação concedida.

**O SR. ARTHUR LIRA** - Abra a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todas Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. *(Pausa.)*





Está iniciada a votação.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não estou entendendo. V.Exa. não disse que tinha um acordo aí agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu comecei achando que tinha acordo. Disseram-me que não. Eu zerei a votação e fiz a votação.

**O SR. SILVIO COSTA** - Então, quem é fez esse acordo, porque um Parlamento que não cumpre acordo... Que Parlamento é esse?

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quem é que não está cumprindo acordo, Silvio Costa? No mínimo, quem não está cumprindo acordo!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Calma.

**O SR. SILVIO COSTA** - Eu quero saber, eu quero saber quem não está cumprindo... Sou eu que estou perguntando. Perguntei ao Presidente, e o Presidente disse que havia acordo. Quando, agora, alguém pede nominal, ele diz que não sabe mais nada! Eu que estou perguntando.

**O SR. EFRAIM FILHO** - Quem quebrou o acordo foi a Oposição, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pergunte ao PDT. O Líder Weverton Rocha disse que não havia acordo. Eu saí daqui, fui para a Liderança, e não havia acordo. Quando eu voltei, voltou o acordo... Por que voltou o acordo? Se não há acordo, não há acordo... Hoje não há acordo.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos votar, vamos votar!



**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota "sim".

**O SR. IVAN VALENTE** - Sr. Presidente...

**O SR. GIVALDO VIEIRA** - Sr. Presidente...

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está em obstrução.

**O SR. GIVALDO VIEIRA** - Sr. Presidente, peço 1 minuto, por favor.

**O SR. IVAN VALENTE** - E sobre o acordo, Presidente?

Eu estou entendendo que foi feito um acordo. Depois, eu combinei novamente com o Líder Aguinaldo Ribeiro.

Então, o PSOL anuncia que haverá obstrução agora e em toda a medida provisória também. Se foi rompido o acordo, não há acordo, dane-se!

**O SR. GIVALDO VIEIRA** (PT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço 1 minuto, por favor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero lamentar a aprovação do texto principal da reforma trabalhista. É uma legislação que vai jogar o Brasil num fosso social, com a precarização do trabalho.

Enganaram o povo brasileiro ao dizer que, tirando Dilma, iriam melhorar o Brasil, e a economia piorou, o desemprego aumentou. Enganaram o povo dizendo que era preciso tirar o PT do poder para acabar com a corrupção, e aí está a corrupção do PMDB de Temer e de Cunha e do PSDB de Aécio, de Serra, de Alckmin e de tantos que apontaram o PT. E agora estão enganando o povo ao dizer que vão gerar emprego retirando o direito dos trabalhadores. O que gera emprego é



a atividade econômica, e não a retirada de direitos de trabalhadores. O meu voto foi contra a proposta.

A única saída do povo é estar nas ruas na sexta-feira, na greve geral, e pressionar o Senado Federal para não permitir que prospere essa reforma trabalhista, que é contra o povo.

Obrigado, Presidente.

**O SR. CELSO PANSERA** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje o Supremo ao julgar uma ação da Universidade Federal de Goiás repôs o texto da PEC 395, que nós votamos aqui no dia 29 de março, não aprovada por quatro votos.

A Universidade Federal de Goiás dizia que as federais não têm recursos para bancar as especializações de *lato sensu* e pedia autorização ao Supremo para fazer a cobrança. O Supremo por nove votos a um autorizou a Universidade federal de Goiás a cobrar pelos cursos de *lato sensu*, as especializações, conteúdo da PEC 395, do Deputado Alex Canziani, que continha o acordo de toda a comunidade científica.

O Judiciário repõe o conteúdo que a Câmara não conseguiu aprovar. Nós temos a justiça feita com as universidades públicas brasileiras ao permitir a cobrança das especializações de *lato sensu*.

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** - Encerrou, Sr. Presidente.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente...

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Laura.



**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro. Em consonância com todas as modificações que eu consegui na Comissão Especial da Reforma Trabalhista, eu digo a V.Exa. que mantendo a coerência votei contra o texto, portanto, a favor do destaque nessa matéria, e votarei da mesma maneira no que diz respeito ao trabalhador intermitente.

É essa a declaração, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Relator.

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas esclarecer ao Plenário que o projeto em tela que está sendo contestado pelo PDT é um projeto que na verdade dá segurança jurídica à atividade de autônomos.

Quero exemplificar com a questão de uma transportadora de automóveis. A transportadora, quando contrata um autônomo, normalmente tem dificuldade depois na Justiça do Trabalho para não caracterizar o vínculo. É apenas essa situação que está sendo clarificada no nosso projeto.

Não há aqui nenhum esbulho de direito, não há aqui nenhuma retirada de direito, não há aqui nenhuma precarização.

Concluo pedindo a V.Exa. que encerre a votação, porque já temos número suficiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assistem, eu peço a



publicação deste meu pronunciamento nos Anais da Casa e a divulgação pelo programa *A Voz do Brasil*.

Estamos coletando, os partidos de Oposição, as assinaturas necessárias para o projeto de decreto legislativo que submete a lei da reforma trabalhista a referendo. Nós precisamos de 171 assinaturas. Houve 177 votos contrários.

Eu tenho certeza de que muitos Parlamentares que votaram “sim” à reforma sabem que o povo brasileiro, os trabalhadores e as trabalhadoras têm o direito de se pronunciar a favor ou contra essas medidas que eles dizem ser para o bem do trabalhador.

Por isso, os Parlamentares e as Parlamentares que quiserem estar ao lado do povo, por favor, assinem o projeto de decreto legislativo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Laercio Oliveira.

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** - Encerre a votação, Sr. Presidente.

*(Pausa.)*

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está votando “não”. É mais um “não” para a afirmação de quem está sendo sonogado nos seus direitos.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço uma informação, Sr. Presidente.

Presidente, se não houver acordo, vamos votar todas as emendas destacadas?



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos votar todas, e, de forma nominal, aquelas que estiverem no período de votação nominal. Entre uma hora e outra, serão votações simbólicas.

Posso encerrar?

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pode!  
Encerre aí... *(Pausa.)*

Presidente, encerre aí!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Posso encerrar?

**O SR. CAETANO** - Pode! Eu estou autorizando.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação... *(Pausa.)*

Vou encerrar. Alguém não votou?

**O SR. CAETANO** - Vamos encerrar esta vergonha.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Alguém aqui não votou?

**O SR. BALEIA ROSSI** - O Deputado aqui não votou. Espera um pouco.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 258;

NÃO: 158;

ABSTENÇÃO: 2;

O TEXTO FOI MANTIDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:



*Destaque de Bancada nº 11*

*Nos termos do artigo 161, inciso I, e § 2º, combinado com o art. 117, inciso IX, do Regimento Interno da Câmara, requeremos destaque para votação em separado da expressão “ou para prestação de trabalho intermitente”, constante da parte final do caput do art. 443, alterado pelo art. 1º do Substitutivo apresentado ao PL 6.787, de 2016, e, em consequência, o § 3º do art. 443, o art. 452-A e a parte final do inciso VIII do art. 611-A, com objetivo de suprimi-los.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, só um instante, é importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Alessandro Molon vai falar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é o seguinte, estou ouvindo aqui vários Deputados falando sobre essa questão do acordo.

Quero dizer que a Liderança do PT não apresentou o kit obstrução em respeito ao acordo feito, ao acordo de procedimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É verdade.



**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Portanto, nós consideramos que o acordo ainda é válido.

Eu gostaria de saber dos outros partidos da Base do Governo e do Líder do Governo se o acordo está mantido ou não. Se não nós vamos tomar as devidas providencias também para retomar a disputa nos moldes que havia anunciado.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** - Tem que consultar o PDT que não quer concordar, Deputado.

**O SR. ROCHA LOURES** (PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da Liderança do Governo, de nossa parte, o acordo está mantido.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mas não tem como, o PDT não quer.

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

**O SR. ALESSANDRO MOLON** - Sou eu quem vou falar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon. *(Pausa.)*

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero esclarecer a posição do PSOL sobre o acordo. Nós não apresentamos o kit obstrução em respeito ao acordo, mas é preciso que fique esclarecido se ele está de pé.

Queria uma posição do Deputado Aguinaldo Ribeiro.

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É só a Minoria falar com o PTB.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de entrar no mérito, quero só dar o meu testemunho





de que, de nossa parte, o acordo de procedimento que foi feito está sendo mantido.

Nós também não apresentamos nenhum requerimento que não estivesse previsto.

De nossa parte, eu insisto, está mantido o acordo.

*(Pausa.)*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em relação a este destaque que nós vamos votar agora, eu queria...

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** - O golpista Weverton Rocha quer falar.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Líder do PP quer se retratar, Sr. Presidente, com o PDT.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós estamos fazendo aqui um entendimento que dá para tocar os quatro. Não é isso, Líder?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu faço a seguinte proposta, já que vai ter acordo.

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero só entender, Sr. Presidente, para não termos problemas aqui com relação aos Líderes nem os acordos feitos no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu vou fazer o encaminhamento. Todos concordam?

**O SR. ARTHUR LIRA** - Só para que possa ficar claro: nós costuramos um acordo, puxamos o acordo desde o primeiro momento, conversamos com todos os Líderes, inclusive com o Deputado Ivan Valente, Deputado Alessandro Molon, com todos aqui. O Deputado Weverton Rocha estava dentro da roda que estava negociando o acordo. Com razão, o Deputado Weverton Rocha disse que, na hora



em que foi fechado o acordo, ele não foi consultado e foi contra. Nesse momento, eu não vi ninguém dizer que o acordo estava mantido. Nós votamos o texto original para seguir o Regimento. Nós votamos, conseguimos a votação, e eu fui para a minha Liderança. Quando eu volto ao plenário, tinha aparecido o acordo de novo. Eu não entendi. Por isso que eu disse que eu não concordo, porque nós temos que ter uma prática aqui.

Então, se há concordância de todas as Lideranças, porque foi conversado com todas as Lideranças, o PP, que nunca deixou de honrar acordo nesta Casa, hora o acordo. Agora é necessário que todos honrem o acordo.

**O SR. WEVERTON ROCHA** - Só para nós terminarmos, e aí dá para fazer esse entendimento. Na hora em que o Líder Deputado Arthur Lira foi para a Liderança, o Líder Aguinaldo Ribeiro, do Governo, veio nos chamar. Eu fui conversar com o Presidente, junto com os outros Líderes que estavam próximos, e lá ficou combinado que esses quatro destaques iriam ser votados nominalmente e que não tinha acordo para a medida provisória de amanhã.

Foi isso que conversamos. Tanto que o PDT retirou o seu pedido de retirada de pauta aqui, com o Deputado Pompeo. Foi isso que nós fizemos. Depois o Deputado Pompeo apareceu e...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para agilizar o trabalho de uma grande maioria que não está participando diretamente nos microfones, já que há o acordo, vamos votar os três destaques que são nominais primeiro e, depois, vamos votar os que são simbólicos. Assim, ficam no debate aqueles que querem discutir o mérito, as ideias.



E, amanhã, logo cedo, às 10h30min, eu estarei sentado aqui para votar Medida Provisória nº 752.

Posso votar os três destaques primeiro, depois, os outros? Há acordo para isso?

**O SR. CAETANO** - O.k, Presidente, saiba que nós estamos...

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - Presidente...

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, só quero dizer que, para a MP 752, eu não participo de acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não precisa haver acordo. Nós vamos votar a medida provisória amanhã.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - A MP 752 prorroga as concessões de ferrovias por 30 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, vamos deixar esse debate para depois. Não se preocupe.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - E nós vamos debater em detalhe aqui, porque ela é uma MP muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não se preocupe, Deputado.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** - Não tem acordo de procedimento e de nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mas amanhã a Casa vai votar o Medida Provisória nº 752. O Relator está aqui, e vamos até o final da votação da medida provisória, independente do horário.

O acordo pode ser assim: vamos votar as três que estão acordadas, que são pelo sistema nominal? Pode ser isso? *(Pausa.)*



**O SR. EFRAIM FILHO** (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Primeiramente as nominais, Sr. Presidente.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do  
orador.) - - Sr. Presidente, está feito o acordo.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, eu acho que nós temos um debate aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mas podemos fazer o debate de todas,  
Deputado.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Calma, Presidente!

**O SR. EFRAIM FILHO** - Primeiramente, as nominais. Vamos votar as  
nominais. Vamos seguir a ordem.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Vamos seguir a ordem normal. Quem vai ficar  
aqui para debater, quem fez o destaque vai ter que ficar aqui.

Eu acho importante que a Câmara toda participe. Então, vamos seguir  
normalmente, pela ordem, as votações.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do  
orador.) - Acordo restabelecido, Presidente. Vamos em frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Alessandro  
Molon. V.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr.  
Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse destaque que será votado agora, e  
que, segundo o acordo mencionado e mantido, será por votação nominal, trata do  
trabalho intermitente. O que é que a proposta do Relator passa a permitir? Passa a  
permitir que alguém seja contratado nessa modalidade de contratação, de trabalho



intermitente, e que ela fique à disposição do empregador, para só trabalhar nas horas em que ela for chamada a trabalhar.

Então, vamos imaginar um empregado de uma loja num shopping que funciona das 10 horas da manhã às 10 horas da noite. Essa pessoa pode ser chamada, de uma hora para a outra, para trabalhar do meio dia às 13h30min, e trabalha 1 hora e meia, e não sabe se terá que voltar naquele dia: fica à disposição do empregador; fica no shopping; não pode voltar para casa, senão vai gastar passagem e o tempo; a qualquer momento, pode ser chamada para trabalhar de novo naquele dia ou não; se não for chamada, terá passado 12 horas em função do empregador, mas receberá por 1 hora e meia de trabalho. Fica absolutamente imprevisível o quanto ganhará e se ganhará algo.

Pode ser que a pessoa passe o mês inteiro à disposição, e, se não for chamada, não ganhe nada, não receba nada no fim do mês. Pode ser mais grave: pode ser que ela não seja chamada o mês inteiro e, no único dia em que ela seja chamada, se não comparecer, será multada. Não apenas não receberá o que seria natural, mas terá que pagar metade do que receberia.

Então, essa proposta pode levar ao absurdo de uma pessoa não ganhar nada e ainda ficar devendo ao empregador, sem ter sido chamada para trabalhar outro dia além daquele em que teve que faltar. É um descalabro total.

Eu queria me dirigir aos colegas que votaram a favor da proposta. Aqui há uma chance de reduzir o dano da proposta. Se esse nosso destaque for aprovado, nós evitaremos que as pessoas possam ser submetidas a esse nível de exploração, que é injusto, que não pode existir, que não faz qualquer sentido para um raciocínio



lógico mínimo. Imaginem as senhoras e os senhores se tivessem que ser submetidos a um regime de trabalho desses. Não aceitariam.

Então eu faço aqui um apelo a todos, independente de como votaram na matéria principal: vamos aprovar esse destaque e tirar esse absurdo da proposta.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Vamos votar, Presidente!

**O SR. LUIZ LAURO FILHO** (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Luiz Lauro votou com a bancada do PSB na votação anterior.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota "sim", Presidente, e pede para a base toda votar "sim".

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota "sim", Presidente.

**O SR. BALEIA ROSSI** (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota "sim", tirando o PSB, o Solidariedade e o PHS.

Como vota o PT? *(Pausa.)*



**O SR. HERCULANO PASSOS** (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem Revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse é um destaque que nós queremos fazer, porque essa é uma de tantas maldades que o Relator colocou junto com o Governo. Deve ter sido aquela que eles copiaram dos empresários e não leram direito, porque copiaram.

Olhem o absurdo. O trabalho intermitente é o seguinte: se o patrão precisar hoje do empregado por 2 horas, ele tem que estar à disposição por 2 horas. Se amanhã ele precisar do empregado por 1 hora, ele vai ter que estar à disposição por 1 hora. Semana que vem, se ele precisar por mais de 10 horas, terá que estar à disposição por 10 horas. Só vai ganhar a hora paga se ela for trabalhada. Se, em um mês, não tiver nenhum trabalho, tem que estar à disposição e não vai ganhar nada. Isso é trabalho intermitente. E ele ainda vai ter que multar o patrão, podendo acompanhar a multa, se não tiver à disposição.

Srs. Deputados, isso é cola. Foram os empresários que disseram.

Por isso, o PT vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PT vota “não”.

Como vota o PTB?

**O SR. WILSON FILHO** (Bloco/PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB, assim como foi afirmado na votação principal do texto, vota “não”, porque entende que a realidade que o Brasil vive hoje não comporta o trabalho intermitente.

O Brasil não é os Estados Unidos. Nós não temos oferta de trabalho, como existem em outros países.



Então, a orientação do PTB é “não”, porque o trabalho intermitente é um desrespeito ao trabalhador brasileiro, e eu, na minha opinião, como Deputado Federal, acredito que o trabalhador brasileiro perderia direitos, se o trabalho intermitente passasse nessa votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. WILSON FILHO** - Sr. Presidente, a orientação do PTB é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de reafirmar o pedido à Mesa para que responda o nosso requerimento em relação ao art. 1114, do ADCT. Trata-se de suspensão por 20 dias, que a Mesa pediu tempo para avaliar.

Nessa votação, o PCdoB encaminha “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente gostaria de informar ao Plenário e àqueles que estão falando a favor do trabalhador brasileiro de forma errônea, equivocada que existe no Brasil pelo menos 3 milhões de trabalhadores apenas na ABRASEL, na área de bares e restaurantes. Esses, sim, são precarizados, não tem fundo de garantia, 13º salário e férias.

São pessoas que não estão fora da égide da CLT.

Esse projeto traz o marco da legalidade, traz a modernidade, tudo aquilo que eles são contra. Eles preferem continuar da maneira que estão, aproveitando-se da informalidade, da precarização e fazendo discurso ao contrário. Por isso peço a manutenção do texto.





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

**O SR. HERCULANO PASSOS** (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre o trabalho intermitente, O Deputado Rogério Marinho não inventou a roda. Esse projeto já existe em todos os países do mundo, onde pessoa pode trabalhar naquele horário. Ele estuda durante o dia, trabalha à noite e, nos finais de semana, pode trabalhar. Então vai melhorar a empregabilidade, e muito, no País. Então, estamos favoráveis a esse texto, ao trabalho intermitente.

O PSD vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro quero dizer que nesse vai-e-vem de posições o PSOL perdeu a oportunidade de apresentar e defender o seu requerimento de retirada de pauta. Então, não esperem a posição do PSOL amanhã que não seja de obstrução das matérias que estarão sendo votadas no plenário.

Em relação a esse ponto específico, é um verdadeiro absurdo. Que história é essa? Quer dizer que o trabalhador fica à disposição em casa e recebe uma ligação dizendo: *"Olha, a gente precisa que você realize esse pedacinho de trabalho"*, e vai receber por aquilo. Se ficar 1 mês inteiro sem receber essa ligação, ele não recebe absolutamente nada para isso? Então ele fica numa espera escravizada? É isso que vamos aceitar como natural, como um trabalho intermitente, como este que está sendo colocado em prática?

A bancada do PSOL não topa isso, não aceita. Nós consideramos que esta reforma, que é um desmonte da CLT, é um grande absurdo.



Nós estamos votando “não”, a favor de que não se tenha esse tipo de escravização de espera.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos aprovando esta matéria, porque na América Latina, só para nos referirmos a ela, o Brasil é o único que não tem esse tipo de trabalho.

Nós precisamos aprovar isto, para que o trabalho intermitente possa gerar, só na ABRASEL, milhares e milhares de empregos, garantindo os direitos dos trabalhadores intermitentes.

Só para citar, o Mc Donald's contratará 25 mil trabalhadores de imediato, para o trabalho intermitente. Nós vamos garantir todos os direitos trabalhistas desses trabalhadores.

Portanto, o voto do Democratas para acabar com o desemprego é “sim”!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PV?

**A SRA. LEANDRE** (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero só chamar a atenção para o fato de que estão dizendo que se chamará o funcionário em qualquer horário, mas o relatório diz o seguinte: “O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviço, informando qual será a jornada, com pelo menos 3 dias de antecedência”.

Então, nós temos um recurso que não é do jeito que está sendo discutido. Haverá 3 dias de antecedência.



Por isso, o PV vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. JOÃO DERLY** (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no texto original do Governo, não havia o trabalho intermitente. Com certeza, este é mais um dos absurdos deste projeto.

Então, nós aprovamos a contratação temporária na terceirização por 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias, mas, com relação ao trabalho intermitente, nós vamos novamente precarizar o trabalho com a justificativa de que o trabalhador rural fosse atendido. Se existe a contratação temporária, neste caso, não seria viável.

A Rede vota “não”.

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota “sim”.

**O SR. PASTOR EURICO** (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS libera.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PHS libera.

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** - O PDT.

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSB libera, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PSB libera.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o trabalho intermitente é uma espécie de



retorno à escravidão. É aquele tipo de trabalho em que o trabalhador estaria 24 horas por dia à disposição do seu empregador, pode ser chamado a qualquer hora para trabalhar e só recebe pela hora trabalhada. Pode, inclusive, não ser chamado durante uma semana inteira.

Imaginem um casal em que os dois são contratados para um trabalho intermitente. Este casal nunca se encontraria, porque um deles poderia ser chamado para trabalhar de manhã, e o outro, para trabalhar à tarde. É de uma atrocidade e de um atraso esta proposta! (*Apupos.*)

Além disso, o trabalhador está sujeito ao pagamento de uma multa se for chamado e não comparecer. Isso é um atraso nas relações de trabalho no País.

A Minoria vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.

**O SR. WELITON PRADO** - O PMB, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** - Sr. Presidente, o PDT.

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, logicamente, o PMB vota “não”. Não toquem nos nossos direitos...

(*Desligamento automático do microfone.*)

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT, pela coerência com que se posicionou desde a Comissão Especial frontalmente contrário ao conjunto deste projeto, obviamente mantém a sua coerência para rejeitar o trabalho intermitente.



Eu fico aqui pensando num serviço em que haja exposição a intempéries, a chuvas. Então, no período da chuva eu não preciso do seu trabalho. Depois da chuva eu preciso.

Ora, essa proposta, com a realidade brasileira, realmente leva a uma semiescavidão. Há um controle do patrão em todas as dimensões da vida pessoal e particular das pessoas. Há apenas benefício para o empregador.

O PDT vota “não” a esse destaque, para que nós possamos retirar do texto aquilo que o Relator colocou de trabalho intermitente.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Simão Sessim votou “sim” na votação anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB é contra a reforma trabalhista e contra a reforma da Previdência. Não toque nos nossos direitos. Não rasgue a CLT. Não precarize as condições de trabalho. Não impeça que o trabalhador tenha acesso ao Poder Judiciário.

O padrão de contratação no nosso País vai ser o bico, chamado trabalho intermitente. O trabalhador ficará à disposição do empregador e receberá por horas trabalhadas sem vínculo e sem direitos, ou seja, vai se permitir que a contratação seja por apenas algumas horas ou por alguns dias da semana. Isso é um verdadeiro absurdo!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação o texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis à manutenção do texto permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

MANTIDO.



**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Liderança do Governo recomenda aos Deputados que permaneçam. Nós vamos encerrar hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nós não temos um acordo? *(Pausa.)* Há um requerimento de quebra...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Em uma hora, nós encerramos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Permaneçam...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado! Deputado, um minutinho! *(Pausa.)* Há um requerimento de quebra de interstício.

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, retiro o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*Sr. Presidente,*

*Nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno, requeremos destaque para votação em separado do art. 484-A, constante do art. 1º do Substitutivo, que altera o art. 1º do PL 6787/2016.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor do requerimento, concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali. *(Pausa.)*



**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. pode informar a este Plenário quais os destaques que serão nominalmente, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Destaque nº 1 já votado. Serão votados nominalmente os Destaques nºs 18, 54 e 13. Nós estamos, agora, no Destaque nº 12 e Destaque nº 53. Depois, serão os Destaques nºs 14 e 18.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quantos destaques nós vamos apreciar hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - São 11 destaques, quatro na forma nominal.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - São 11 destaques, excetuando os dois que já foram...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Isso!

Orientação de bancada. Como vota o PMDB? *(Pausa.)* Como vota o Bloco do PP?

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP orienta "sim", Presidente, e pede à base que acompanhe o voto.

**O SR. BALEIA ROSSI** (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota "sim", excluindo o PSB e o Solidariedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT, Sr. Presidente, entende o seguinte: o que aconteceu aqui hoje à noite é uma vergonha,



prejudicando a classe trabalhadora. Vamos ver se a gente ameniza agora, votando “contra” o texto desse destaque. Porque aqui, o contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador. Já precarizado o emprego, já fragilizado o trabalhador, obviamente que vai prevalecer a posição do empregador. E aí, ao prevalecer a posição do empregador, o FGTS só é pago pela metade, o aviso prévio só é pago pela metade, não tem direito ao fundo desemprego.

Portanto, Sr. Presidente, o PT vota “não” a esse texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu penso que esse destaque visa promover um reparo a um desequilíbrio a que está se propondo o substitutivo na relação. A precedência do negociado sobre o legislado, em que você abre a porteira para negociar todo e qualquer termo, porque o caput diz o seguinte: “e outros”, isso abre a possibilidade de qualquer outro artigo da CLT merecer uma negociação, derogando ou alterando fundamentos legais.

Nesse sentido, nós julgamos ser importante ter esse cuidado, entender que o patamar mínimo para uma negociação tem que ser a base da CLT e, a partir dela, o entendimento construído entre as partes seja capaz de melhorar o que é bom. A negociação é para avançar, melhorar o que é bom; e não para haver uma negociação com caráter regressivo. Por isso mesmo ...

*(Desligamento automático do microfone)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PSB vota “não”, é isso, Deputado? É por que é 1 minuto só, Deputado, senão ...





**O SR. BEBETO** - O encaminhamento é “não”, Sr. Presidente. Eu iria, no tempo exato, dizer “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. LUCIANA SANTOS** - Sr. Presidente, o PCdoB, como autora do requerimento, queremos o tempo do encaminhamento também.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É que eu chamei aqui e ninguém veio falar. Mas V.Exa. pode usar a palavra, Deputada.

**A SRA. LUCIANA SANTOS** (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, aqui, durante todos esses dias em que nós estamos debatendo essa reforma trabalhista, há um discurso falacioso de que não se retiram direitos. Esse destaque que o PCdoB está apresentando é uma demonstração cabal de que aqui nós estamos mexendo no direito básico do direito do trabalhador. Quando se faz um acordo com o empregado, ele tem direito ao aviso prévio e à multa indenizatória. O que está no texto da reforma trabalhista é que isso vai ser reduzido à metade. Isso é inaceitável!

Nós estamos aqui exatamente com essa proposição, retirando do texto esse retrocesso, porque não é possível que no País em que há 13 milhões de



desempregados, nós ainda, também aqui parte do Plenário que defende a reforma trabalhista, venhamos a dizer que isso vai estimular o emprego no País.

Ora, nós já tivemos neste País o auge do emprego, do pleno emprego, quando aqui nós tínhamos essas mesmas leis da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, que foi no tempo exatamente no ciclo político que nós vivenciamos no Governo Lula. Isso ocorreu com essa mesma CLT, foi com a legislação que hoje protege o trabalhador.

Por isso, mais uma vez, nós, o PCdoB, vamos votar nessa proposição com o destaque, “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota com o PCdoB: “não”. Manter esse texto é manter mais uma expressão de um crime contra a humanidade dos brasileiros.

É uma medida criminoso, eu digo com todas as letras, “manter”. Por quê? Na hora da fragilização, só quem não tem um parente, só quem nunca viveu com o desemprego pode desconhecer o desespero de um pai de família diante de um patrão autoritário que diz: *“Demito ou tu fazes um acordo; tu abres mão de 50% da multa do FGTS, e como eu vou te demitir do próprio direito que tu tens com o aviso-prévio, também se reduz para 50%”*.

Criminosamente vão punir aquele que vai sofrer o desemprego, ter sua família passando fome, o desespero da fome e da miséria. É isto que vai aumentar a violência: o que V.Exas. estão aprovando.

O PSOL vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?



**O SR. JOÃO DERLY** (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Liderança da Minoria?  
(Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela manutenção do texto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

MANTIDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa Destaque nº 53:

*Sr. Presidente,*

*Requeremos, nos termos do art. 161, inciso II, § 2º do Regimento Interno, destaque da Emenda nº 13, de Plenário, apresentada ao PL 6.787/2016.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- Sr. Presidente, eu posso delegar a palavra para o Deputado Leo de Brito, porque nós tínhamos feito uma combinação? Cadê o Deputado Leo? Nós distribuimos aqui...

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos encaminhar a favor desta Emenda Aditiva nº 13 do Partido dos Trabalhadores, porque nós entendemos que o texto, da forma como foi aprovado, prejudica a representação dos trabalhadores na empresa.



É fundamental que, neste momento, saibamos que este projeto, que fragiliza as relações trabalhistas, fragiliza o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho, também está fragilizando a forma de representação dos trabalhadores.

Os trabalhadores precisam ser bem representados, precisam ter força e poder de barganha nas negociações, porque o que foi aprovado, como nós sabemos, foi exatamente a prevalência do negociado sobre o legislado.

O Partido dos Trabalhadores apresenta esta emenda e pede que tanto os Deputados da Oposição, quanto os Deputados da Base tenham essa sensibilidade de possibilitar, já que foi aprovada a negociação, a livre negociação entre trabalhadores e empregadores, que os trabalhadores estejam pelo menos fortalecidos nesse processo.

Portanto, é importante que nós aprovemos esta emenda que favorece o poder de representação dos trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passemos à orientação.

Como vota o Bloco do PP?

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP, Sr. Presidente, vota “não” e pede que V.Exa. coloque “não” em todos os partidos da base.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota “não” excluindo PSB e Solidariedade.

Como vota o PMDB?

**O SR. BALEIA ROSSI** (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?



**O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -**  
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa emenda só tem um objetivo: garantir que o sindicato acompanhe a representação dos empregados na empresa. Se o sindicato não acompanhar essa representação, a solução vai ser conflito, vai ser disputa entre o sindicato e o representante da empresa porque, em muitas vezes, não vão se acertar.

E não é isso o que nós queremos, não é isso que é bom. O bom é haver sintonia, e a sintonia se dá com a participação do sindicato no processo da eleição e com o seu acompanhamento nos trabalhos da comissão representativa.

Por isso, o nosso voto é “sim” e nós pedimos o voto dos senhores e das senhoras a este destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?**

**O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -** O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?**

**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -** O PCdoB vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?**

**O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -** Necessariamente, a representação precisa passar por um fortalecimento da capacidade do sindicato de, minimamente, manter o diálogo, o que ficou muito difícil com essa legislação aprovada, que dá ao negociado prevalência sobre o legislado.

Nesse sentido, de dar o mínimo de fortalecimento à representação sindical, vamos acompanhar a emenda de plenário apresentada pelo PT. A bancada do



PSOL vota “sim” ao destaque. Nós não queremos que, no Brasil, fique caracterizado o peleguismo oficial de forma alguma. Nós queremos representações sindicais fortes, com capacidade de defender efetivamente os direitos dos trabalhadores.

Nós votamos “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

**O SR. DELEGADO WALDIR** (PR-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR orienta “não”.

Eu queria aproveitar a oportunidade e, em 30 segundos, apresentar uma nota de repúdio ao Prefeito de Goiânia, Iris Rezende, do PMDB, ao seu Secretário de Educação e ao Presidente da Guarda Municipal, que determinaram agora à noite a desocupação de um local público. Vários professores foram agredidos e conduzidos, machucados, feridos, com bombas de gás lacrimogênio, a uma delegacia.

Registro meu repúdio ao Prefeito de Goiânia.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede? *(Pausa.)*

Como vota o PMB? *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis à emenda do PT permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADA.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Ganhamos, Sr. Presidente. Foi aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 160, inciso II, do § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque da Emenda de Plenário nº 4.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar.

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP pede a retirada desse destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está retirado o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*Requeiro, nos termos do art. 161, inciso I, do § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do art. 611-A, constante do art. 1º do substitutivo apresentado ao PL 6.787/2016.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Esse é nominal, do PSOL.

Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.



**O SR. GLAUBER BRAGA** - Sr. Presidente, quem vai fazer a defesa é o Deputado Ivan Valente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegamos a um ponto que é o coração dessa reforma trabalhista. Nós não podemos, em hipótese nenhuma, colocar essa questão de forma absoluta, porque é isso que está acontecendo.

O legislado não pode estar acima da lei. A ideia de que o Estado é opressor, é interventor, tem uma Justiça do Trabalho, e nós deveríamos respeitar a ideia da vontade do trabalhador para negociar é uma grande falsidade, porque as partes não têm paridade de armas.

O elo mais fraco é o do trabalhador, e todo mundo sabe disso. Quando nós vivemos uma crise econômica do porte da que estamos vivendo, quando nós vivemos a maior recessão da história do País e quando se quer acabar com a Justiça do Trabalho, no texto, é evidente que é colocar a liberdade do trabalhador... como é que ele vai se sujeitar mais ainda aos desejos do empregador, por uma simples razão: o trabalhador não quer e o trabalhador não pode ficar desempregado. Então, ele aceita qualquer condição. Não existe essa liberdade da vontade, isso é uma falsidade criada pelo liberalismo. Isso é um pensamento kantiano, falso, para definir como se estrutura a sociedade moderna.

Na sociedade moderna, quem detém o capital é quem detém as regras, inclusive manda no Estado, que é o que acontece. A Justiça do Trabalho na verdade criou um sistema mínimo de proteção. Então, a ideia de que o trabalhador quer





negociar diretamente as férias dele, o horário, a redução, essa é uma grande mentira, é uma imposição do lucro do capital.

Eu acho que o que está lá na Constituição, os arts. 611 e 610-A, nós deveríamos respeitar os direitos dos trabalhadores, ao invés de fazer uma imposição patronal num momento de brutal crise econômica e de recessão.

Por isso, o PSOL é pela retirada dessa proposta, que é o coração da emenda. Essa emenda é a perversidade...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pode orientar logo, por 1 minuto.

**O SR. IVAN VALENTE** - Por isso, Presidente, o nosso partido pede a todos os Parlamentares desta Casa, trabalhadoras e trabalhadores, que reflitam sobre essa questão, sobre o enfraquecimento da relação capital/trabalho.

E digo mais: quando se criam regras tão draconianas em cima dos trabalhadores, é o próprio capital que, depois, terá revertido uma nocividade, porque a diminuição da capacidade de consumo que está em jogo também. É degradar a vida, as condições de vida e de consumo dos trabalhadores brasileiros.

Por isso, essa proposta é iníqua e deveria ser eliminada do texto. O negociado não pode...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. IVAN VALENTE** - Então, é a favor da emenda supressiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PSOL vota "não", não é? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

**O SR. IVAN VALENTE** - O PSOL vota "não".



**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, especialmente, quero dizer a V.Exa. que toda a Base encaminha “sim”, em seguida, explicar ao Plenário que essa é a espinha dorsal do projeto, ou seja, a prevalência da negociação.

É incrível como é que podemos explicar a alguém que venha de fora do País que pessoas que se dizem oriundas do movimento sindicalista são contra a negociação.

É incrível explicar para quem vem de fora do País que nós temos previsão na Constituição de negociação da CLT, e que mais de 40 mil acordos são travados anualmente e, entretanto, são questionados pelo Ministério Público do Trabalho, são questionados por alguns de seus integrantes; isso gera insegurança jurídica, gera impossibilidade de contratação e prejudica o trabalhador brasileiro. Esses que se dizem defensores do trabalhador brasileiro são, na verdade, defensores do patrimonialismo, do corporativismo e do atraso, Sr. Presidente.

Voto pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PDT vota “não”.

Como vota o PT?

**O SR. ROBINSON ALMEIDA** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT, Sr. Presidente, é contra esse item incluído nessa imprestável reforma trabalhista, que estabelece que o negociado tem que prevalecer sobre o legislado.



A proposta já era muito ruim quando veio do Ministério do Trabalho, que colocou 13 itens da CLT submetendo a essa regra, e foi piorada pelo Relator, que falou aqui anteriormente. Representante legítimo dos empresários, o Relator ampliou para 16 itens, dentre eles: a hora extra, que pode exceder às 8 horas diárias; a carga horária, que pode exceder às 8 horas diárias; o horário de almoço, que pode ser reduzido para apenas 30 minutos; e o fim do cartão de ponto.

Portanto, se nesse projeto nada presta, o coração da maldade desse projeto é essa lógica que estabelece o negociado sobre o legislado.

Então, o PT orienta “não” a esse artigo nefasto dessa nefasta reforma.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. LUCIANA SANTOS** (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós temos um acordo com o PSOL para agregar o encaminhamento também nessa votação.

Mais uma vez, está aqui o exemplo do quanto esta proposta da reforma trabalhista retira direitos essenciais do trabalhador brasileiro.

Essa da negociação ficar acima do que é legislado é a mesma coisa de você defender a liberdade da raposa no galinheiro. Na medida em que você estabelece uma negociação entre desiguais é claro que o trabalhador fica submetido a uma chantagem, porque ele não terá outra alternativa a não ser submeter-se àquele tipo de acordo forçado, já que afinal não terá mais nenhuma legislação que proteja o seu direito.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

O PCdoB vota “sim” ou “não”?

**A SRA. LUCIANA SANTOS** - O PCdoB vota “não”.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - PSB?

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todos sabem que o processo de negociação entre capital e trabalho é sempre assimétrico. Se nós formos analisar desde a Emenda 45 feita à Constituição, os empresários teriam a oportunidade quando não chegarem a um acordo de promover o dissídio de natureza econômica e compor no auto do processo, mas lamentavelmente nunca foram. Desde que ela foi editada até hoje nunca foram para compor. Eles buscam uma judicialização do processo para criminalizar uma eventual greve como decisão de uma autonomia coletiva dos trabalhadores. No entanto, se nós formos aprovar essa proposta do negociado sobre o legislado, essa assimetria da relação provocará um prejuízo enorme à classe trabalhadora.

Por isso mesmo, nessa matéria, nossa orientação é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede? (*Pausa.*)

Como vota o PMB? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

**O SR. JOÃO DERLY** (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agora os acordos e convenções vão sobrepor a lei. Fala no pacto contra a jornada de trabalho, observados os limites constitucionais. Há garantia simplesmente só para 220 horas mensais.

O único que é tipo de acordo aqui seria o 5º, que é o plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como a identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança.

A pior parte, do meu ponto de vista e da Rede, é o enquadramento do grau de insalubridade, a aprovação de jornada em ambientes insalubres sem licença prévia



das autoridades competentes do Ministério do Trabalho. Isso não pode ser aprovado por acordo.

A Rede encaminha “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota “não”. É um absurdo que o negociado esteja acima do legislado! A proposta estabelece que o acordo ou convenção se sobreponha aos direitos garantidos em leis.

Isso não existe. Discordamos totalmente. Acho que as leis têm de estar acima do que for negociado. Os trabalhadores têm de ter uma garantia. Esse artigo, por si só, já prova que essa reforma é maléfica para o conjunto dos trabalhadores.

Por isso, o PMB vota “não” e é totalmente contrário à reforma trabalhista. Somos totalmente contrários também à reforma da Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria encaminha o voto “não”. O Relator da matéria, o Deputado Rogério Marinho, que é do Rio Grande do Norte, vizinho ao meu Estado, assume — e é verdade — que este texto aí e a emenda do PSOL mexem com a alma da reforma. Essa é a visão, Deputado Rogério Marinho, que V.Exa. tem para defender o empresário. V.Exa. chega ao deslante de defender exatamente o que é contra o trabalhador.

V.Exa. ainda diz que qualquer pessoa de sã consciência não vai abdicar do negociado.



O negociado sobre o legislado, Deputado Rogério Marinho, afronta completamente, não tem parâmetro.

V.Exa. pode, sim, defender o empresário. Mas será que esta Casa vai defender só um lado? Não há relação civilizada entre capital e trabalho se não houver uma CLT para mediar.

V.Exa. quer o negociado sobre tudo. Adeus, CLT! Adeus...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** - O Solidariedade é “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Solidariedade é “sim”. *(Pausa.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, enquanto se colhem os votos, eu gostaria de usar a palavra para dizer o seguinte: este destaque, sem dúvida, é o elemento nuclear dessa reforma.

Aqui a Deputada Zenaide me perguntava: *“Por que existir ainda o Poder Legislativo? Por que normatizar regras de trabalho, se o negociado valerá mais do que a lei?”*

Como é que uma categoria dispersa, por exemplo, costureiras, trabalhadores metalúrgicos de pequenas oficinas, vai garantir um bom acordo com o seu patrão?



Garantirão, na medida em que haja sindicatos fortes. Mas poucos o serão, com o fim do imposto sindical, e poucos o serão, com a redução da Justiça do Trabalho a um cartório. É um rebaixamento da Justiça do Trabalho. Efetivamente, quem conseguirá fazer um bom acordo?

Por isso é que chamamos a atenção da sociedade: esta reforma é nefasta, esta reforma é hedionda para com os trabalhadores e seus direitos. A greve geral joga um papel essencial, porque nós vamos constituir um grupo de pressão, organizado, de milhões de brasileiros, para pedir ao Senado da República que não referende o que fez esta Câmara dos Deputados, representantes do povo, que acaba de abrir mão da sua prerrogativa. Além de sermos autodestrutivos em relação à aprovação de matérias que nos levam ao descrédito popular, nós estamos abrindo mão da prerrogativa constitucional de legislar, perdendo o perfil essencial de um poder representativo.

Finalizo, Presidente, com vossa tolerância.

O manto da representatividade não tem qualquer valor? Só as cabeças togadas valem? E agora, as cabeças togadas dizem o quê sobre os tribunais dos patrões? Porque é isso o que nós estamos aprovando nesta noite: o erigir dos tribunais dos patrões.

O PCdoB vota “não”, com consciência de classe!

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer.

**O SR. ALFREDO KAEFER** (Bloco/PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer uma referência aqui a todos os que se



manifestam contra as reformas e dar um exemplo do modelo americano. Na maior democracia do planeta, na meca do capitalismo, algumas dessas regras que nós estamos tentando abolir agora não existem. Mas o mundo inteiro quer buscar uma vaga de trabalho, meu caro Presidente Rodrigo Maia, nos Estados Unidos, onde essas regras não existem. As mesmas pessoas que estão cientes disso aqui, no Brasil, são contrárias a essa desregulamentação.

O princípio da liberdade e da democracia, em qualquer lugar do mundo, em que o combinado entre duas partes ou entre empregados e empregadores é a regra universal.

**O SR. PADRE JOÃO** - Sr. Presidente, eu, o Deputado Padre João, quero fazer um apelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Alfredo Kaefer ainda está falando, Deputado. Desculpe-me!

**O SR. ALFREDO KAEFER** - Só para concluir, Sr. Presidente. E essa regra do acordado sobre o legislado é universal, vale no mundo inteiro, principalmente quando é acompanhada dos seus respectivos sindicatos.

Portanto, encaminho o “sim”, meus caros colegas Deputados, para aprovar essa matéria também.

Viva a reforma trabalhista, que vai ser o grande e melhor elo entre empregados e empregadores! Isso vai trazer de volta uma grande parte desses 13 milhões de irmãos, amigos, companheiros brasileiros, que choram por um emprego hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PADRE JOÃO** - Sr. Presidente, Deputado Padre João.





**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, aproveito que ao seu lado na mesa está o Deputado Paulo Pereira da Silva para dizer, respeitosamente, que me estranhou ver o Solidariedade, nessa matéria que trata da prevalência do negociado sobre o legislado, votar "sim".

Ou seja, é a negociação com o empregador que vai prevalecer sobre a legislação, sobre a CLT, jogando a Consolidação das Leis do Trabalho na lata do lixo.

Respeitosamente, eu gostaria de pedir o apoio para que, se acharem que o negociado não tem que prevalecer sobre a CLT, pudessem reavaliar essa orientação.

Faço aqui um apelo para que a gente aprove esse destaque do PSOL que está no centro da discussão dessa reforma que é o desmonte da legislação trabalhista brasileira.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Esse destaque, Sr. Presidente, é a grande oportunidade para os Deputados fazerem uma correção do voto do mérito da matéria.

Como alguns já disseram, de fato, essa é a coluna dorsal do projeto. É um absurdo possibilitar a um trabalhador de forma individual e, às vezes, numa circunstância de doença na família, que prevaleça essa negociação e não a legislação, que é uma conquista de décadas, de muitas lutas na história.

Então, esta é a grande oportunidade de o Deputado ainda mudar o seu voto e votar "não". Nesse sentido, é negar a espinha dorsal — o negociado prevalecer sobre o legislado —, é negar o Parlamento, é negar toda a legislação.

Numa situação delicada, Deputada Maria do Rosário...



*(Desligamento automático do microfone.)*

Vai permitir ampliar a jornada de trabalho e manter o mesmo salário. Então é a precarização do salário. Isso é um absurdo!

Ainda em tempo, Deputadas e Deputados, vamos acolher então o destaque do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de fato, esta matéria é a alma desta reforma. E o raciocínio com a realidade americana é assustador. Não tem absolutamente nada a ver a estrutura sindical americana com a estrutura sindical brasileira, muito menos imaginar que os trabalhadores brasileiros querem um emprego nos Estados Unidos, como se todos pudessem ir para lá, principalmente os mais pobres, e aqueles que necessitam de uma representação sindical para os acordos coletivos para ter força junto ao patronato. É o capital engolindo a força de trabalho. É o capital pressionando individualmente os trabalhadores, os funcionários de sua empresa. A CLT nunca foi legislação de esquerda. CLT é o mínimo de mediação e, na relação capital/trabalho, onde o capital sempre predominou no capitalismo.

Então é um absurdo e constrangedor ver V.Exas. votarem esta matéria.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vou conceder a palavra à Deputada Erika Kokay e, depois, a V.Exa.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Obrigado.



**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esse é um dos cernes deste processo, porque hoje o sindicato já tem capacidade de negociação e negocia o que está acima da própria lei. Mas agora se quer destruir a lei.

E, ao mesmo tempo, cerceia-se o direito de o trabalhador recorrer ao Poder Judiciário. Então, estão se amordaçando os trabalhadores, quebrando a sua representação sindical, impondo o negociado sobre o legislado e fazendo com que nós tenhamos o derretimento dos direitos. Por isso, este Parlamento está um saprófago dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quando a Casa de Leis define — e agora é a chance de repensar isso — que o negociado, o acordado, o acertado entre partes, pode revogar leis, está acima da própria lei, não só o Legislativo se nega como declara a sua própria inutilidade. Vamos então regredindo até o contrato social de Rousseau, a vida em sociedade se move pelo acordo de todos contra todos, o que numa sociedade de classes é a guerra de todos contra todos ou dos mais fortes contra os mais fracos. Dizem: “*Essa é a essência do projeto*”. Pois essa é a perversidade máxima e o equívoco do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, eu gostaria...



**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que acompanha essa votação o Sindicato dos Mineiros de Sergipe, Alagoas, Piauí e Paraíba, e, inclusive, estão aqui nesta Casa os diretores do Sindicato. Só na mina Vale Fertilizantes Sergipe há 800 mineiros que trabalham nas minas. Eles sabem o que representam essas leis trabalhistas que estão sendo rasgadas hoje aqui neste plenário.

Eles sabem o que representam estas leis trabalhistas que estão sendo rasgadas hoje aqui neste plenário. Eles sabem o que está acontecendo com a reforma da Previdência. Eles sabem que, no dia em que aprovou aqui a terceirização, a Vale Fertilizantes já ofereceu a venda para uma multinacional americana da Vale Fertilizantes Sergipe, que é estratégica para o Brasil, porque a americana quer trabalhar com terceirizado.

Portanto, eu quero me solidarizar e dizer que... *(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Posso encerrar a votação?

**O SR. JOÃO DANIEL** - *(Inaudível)* em especial, os primeiros serão as categorias mais prejudicadas de trabalhadores. Não podemos aqui votar para rasgar as leis trabalhistas. Toda luta e paralisação geral no dia 28!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Posso encerrar a votação?

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dizer que, se o negociado prevalece sobre o legislado, todo o processo de construção no conjunto de regulamentação das relações de trabalho e capital que foi estabelecido ao longo do debate, inclusive dentro desta Casa com a própria Constituição Federal e com o aprimoramento da



CLT, está sendo jogado fora, colocando o trabalhador fragilizado e a trabalhadora frente ao capital, num momento em que se enfraquecem as relações de trabalho e se enfraquece o sindicato.

Por isso, nós somos contra esse tipo de atitude.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

Todos votaram? *(Pausa.)*

Alguém não votou? *(Pausa.)*

Posso encerrar a votação? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Leo de Brito.

**O SR. LEO DE BRITO** (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, existem dois princípios basilares no Direito do Trabalho, que são o princípio da proteção aos trabalhadores e o princípio da irrenunciabilidade de direitos, inclusive gerando nulidades. E esse art. 1º fere frontalmente esses princípios.

Ninguém aqui é ingênuo de imaginar que numa relação negociada, com liberdade inclusive para recuos do ponto de vista de direitos em relação aos trabalhadores, quem vai se dar mal nessa história não é exatamente o trabalhador.

Por isso a importância do voto “não” neste momento.

Esse “negociado sobre o legislado” é um dos ataques mais fortes que nós estamos tendo nos últimos 70 anos em relação à CLT e literalmente enterra a CLT, uma legislação de tutela importante dos direitos dos trabalhadores, que são a parte mais fraca na relação capital/trabalho.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Presidente, eu queria só fazer um registro em relação ao Relator Rogério Marinho.



Nós fizemos uma emenda...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 274;

NÃO: 160;

ABSTENÇÃO: 1.

O TEXTO ESTÁ MANTIDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa o Destaque 45 com o seguinte teor:

*Sr. Presidente,*

*Requeremos, nos termos do art. 161, I e § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do § 3º do art. 614 da CLT, na redação dada pelo artigo 1º do substitutivo oferecido ao PL 6.787/2016.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Wadih Damous, para falar a favor.

**O SR. WADIH DAMOUS** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dentro desse festival de revogação de direitos, o substitutivo do Deputado Marinho nos oferece uma dessas restrições. Trata-se do fim da outra atividade dos acordos e convenções coletivas, ou seja, hoje valem as normas que foram convencionadas na negociação coletiva até que sobrevenha uma nova negociação coletiva.



Quem milita no mundo do trabalho sabe que muitas vezes, ao se iniciar uma negociação coletiva, a anterior já caducou. O acordo já caducou. A convenção já caducou. Então, a criatividade do mundo do trabalho estabeleceu outra atividade. Até que sobrevenha um novo pacto, prevalecem as normas pactuadas anteriormente. Isso é racional. Aliás, isso é coerente com alguns dos escopos anunciados, talvez falsamente, por aqueles que defendem esse projeto, porque falam em segurança jurídica.

Ora, se sobrevêm a anomia, ou seja, a falta de normas, não há mais acordo coletivo; não há mais convenção coletiva. O que sobrevêm é a insegurança jurídica; o que sobrevêm é o caos; o que sobrevêm é o conflito.

Então, se querem ser coerentes com aquilo que estão defendendo aqui, peço que suprimam esse dispositivo que proíbe outra atividade.

Outra questão que é anunciada como fundamental nesse substitutivo é o incentivo à negociação coletiva.

Fala-se aqui como mantra na prevalência do negociado sobre o legislado.

Ora, proibir a ultratividade vai significar um desincentivo à negociação coletiva, porque uma das partes não vai querer negociar, normalmente é o empregador. Bom, já que não temos mais normas, já que estamos livres da obrigação de cumprir com o negociado anteriormente, então não vai ter negociação coletiva. Isso traz, na verdade, a insegurança jurídica. Isso traz o caos. Isso não prestigia a negociação coletiva como os senhores dizem que o substitutivo quer prestigiar. Então, vamos suprimir essa norma. Deixem os trabalhadores e empregadores resolverem ...

*(Desligamento automático do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Sr. Deputado Paulão.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, pede para aumentar um pouco o som, porque está muito baixo, não está dando para ouvir, inclusive, o Deputado Wadih Damous.

**O SR. PAULÃO** (PT-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a exemplo do Deputado Wadih Damous, quero falar aqui de uma forma pedagógica, principalmente não só aos Parlamentares, mas a cada cidadão. De forma sutil o Relator colocou a ultratividade. Qual é a consequência prática dessa emenda para a classe trabalhadora? Quando se tem uma data-base, a exemplo do mês de maio que permeia a maioria das categorias, começa-se a negociar em março, em abril, mesmo adentrando o mês de maio tem-se todas as garantias de conquistas anteriores. No entanto, quando o Relatório é apresentado e rasga a ultratividade está prejudicando-se todas as conquistas anteriores. E o debate que antecedeu nesta Casa, quando a Situação não quer admitir que não fere direitos, inclusive constitucionais.

O jurista Canotilho, que é uma referência internacional, define que toda vez que se ferem direitos sociais, que se tem retrocesso em relação à classe trabalhadora, ferem-se direitos constitucionais.

Então, eu queria fazer um apelo aos Parlamentares, porque esta emenda é muito grave. Na realidade, no conflito capital-trabalho, em vez de se amenizar, chegar a bom termo, estabelecer um processo de consenso, vai-se aumentar a judicialização. Da maneira como o Relator penalizou o Poder Judiciário, sem dúvida nenhuma, isso vai-se agravar.





Então, eu pergunto: qual é a harmonia que há neste processo? Mais ainda: é prudente que um Governo ilegítimo e golpista, como o do Temer, no momento em que a economia está atravessando, no momento em que a política é adversa, tenha uma reforma trabalhista que flexibiliza direitos, que retira direitos da classe trabalhadora? Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, não é.

Então, eu peço que a ultra-atividade, que é um desserviço à classe trabalhadora, não seja acatada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota o Bloco PP e PMDB, PSDB, PR, DEM, PRB, PV, PPS?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base aliada é “não”, para todo mundo.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP e o Bloco votam “sim” e pedem a V.Exa. que coloque “sim” nos partidos da base do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota “sim” excluído o PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este é um dos maiores ataques aos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base aliada vota “sim”.



**A SRA. ERIKA KOKAY** - Impedir que as condições acordadas no ano anterior prevaleçam até o firmamento de um novo acordo ou de uma nova convenção é mergulhar o trabalhador numa profunda insegurança.

E aqui está com razão o Deputado Wadih Damous. Falou-se muito em segurança jurídica, mas, em verdade, não é segurança jurídica o que se busca. O que se busca é impedir que o trabalhador recorra à Justiça, porque mergulha-se o trabalhador de um dia para o outro na completa falta de proteção às suas condições salariais e de trabalho.

Esta cláusula é a pauta, é a bula da CNI, que está sendo introduzida na reforma trabalhista para pagar a conta do golpe que construiu os Patos de Troia.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL considera que retirar essa maldade do projeto é muito importante. Vejam, o acordo trabalhista, na prática, na tradição, na justiça social, costumeiramente, é bienal e prorrogado automaticamente.

Esta lei, que dizem não prejudicar em nada o trabalhador — este foi o discurso dominante e falso aqui —, estabelece agora que não há ultratividade, ou seja, o que vem ulteriormente, posteriormente aos 2 anos, não vale. Vai ser preciso chamar de novo as partes — e o capital sempre predomina sobre o trabalho — para negociar tudo de novo.

Conquistas advindas de um bom acordo não são prorrogáveis.

Isso interessa a quem? A quem quer manter a situação.

O nosso voto, portanto, é “não” ao texto.



**O SR. JOÃO DERLY** (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Rede vota “não”.

Como vota a Minoria?

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, a Minoria vota “não”, porque acha que o princípio da ultratividade é uma garantia fundamental para os acordos e convenções coletivas inclusive em relação, como já foi dito, à segurança jurídica.

O que estabelece o princípio da ultratividade? Até que um novo acordo ou uma nova convenção coletiva seja celebrado, as cláusulas continuam em vigor. Isso é fundamental porque, se assim não for, quando o acordo deixar de vigor, as cláusulas cairão automaticamente, o que vai dar inclusive poder de pressão.

Então, a ultratividade é fundamental para garantir a vigência das convenções, das cláusulas convencionadas, que continuam tendo valor mesmo depois do prazo até uma nova convenção ser firmada, confirmando ou não as cláusulas. Portanto, essa é uma questão fundamental.

A Minoria orienta “não”, Sr. Presidente.

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota “não”, porque nós defendemos os interesses e os direitos dos trabalhadores.



Esse texto, na prática, impede que cada conquista alcançada pelo movimento sindical possa se projetar por um tempo maior.

Quando nós pensamos num ambiente de crise econômica, de recessão, de desemprego, em que o trabalho está numa condição de maior fragilidade, a proposta que está no texto é uma espada sobre a cabeça dos trabalhadores.

O PCdoB defende os trabalhadores, o movimento sindical, por defender o protagonismo que classe deve ter na luta por mais direitos, que é parte do processo de construção da democracia em nosso País.

É uma vergonha a Câmara dos Deputados romper com uma conquista histórica que garante a sustentação dos acordos! Por isso, o PCdoB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, perceba a contradição no texto aqui apresentado. Se nós estamos buscando fazer a prevalência do negociado sobre o legislado e conferir autonomia às partes para negociar, elas devem a liberdade de estabelecer as condições da vigência daquele acordo.

Ora, você propõe o fim da ultratividade, que é dar validade à norma jurídica. E, agora, você propõe suprimir a ultratividade. Há dois aspectos não observados pelo próprio Relator. Um aspecto é que isso gerará um conflito.

Numa categoria que tem data-base — por exemplo, a construção pesada, minha categoria, tem data-base em 1º de março —, inspirada a vigência daquela convenção, a norma, a prática cotidiana da relação é dar consequência àquele resultado negociado.



Se aqui se propõe o fim da ultratividade, os conflitos se restabelecerão, gerando uma insegurança jurídica às partes.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É “sim” ou “não”, Deputado?

**O SR. BEBETO** - Por isso, vamos encaminhar o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis à manutenção do texto permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

MANTIDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*Sr. Presidente,*

*Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, inciso I, combinado com o § 2º do Regimento Interno, destaque para votação em separado da letra “f” do inciso I do art. 702, constante do art. 1º do Substituto apresentado ao PL 6787/2016.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas ratificar o que já foi hoje exaustivamente postulado junto ao Relator, Deputado Rogério, que esse item “f”, do art. 702, na verdade, restringe, na medida que ele imprime um rigor absolutamente distinto nessa redação, a capacidade de simulação nos tribunais, que ocorre com a vacância da legislação expressa. Quando não há uma legislação sólida, expressa, estabelecida há o que se chama de



súmulas, que regram determinada situação nas relações capital e trabalho. Essa é uma situação específica, característica da Justiça do Trabalho, por conta dos conflitos, e nós entendemos que esse regramento aqui praticamente impede a capacidade de sumulação, que pode gerar, inclusive, vazios e inseguranças jurídicas, atrapalhando o sentido geral da proposta que se apresenta em tela.

Portanto, essa é a razão do nosso destaque, e nós fazemos um apelo a todas as bancadas aqui, do Governo, da Oposição, que possa ser alterado esse dispositivo da alínea “f”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a base, PSDB?

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente encaminhar para manter o texto, toda a base.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Então a base vota “sim”, tirando o PSB; e o PPS também, claro, que é o autor do destaque.

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** - Sr. Presidente, dizer a V.Exa. e às Sras. e aos Srs. Deputados, que o objetivo do dispositivo é justamente impedir o ativismo judicial. Nós apenas estamos regulamentando a edição de súmulas e orientações jurisprudenciais, de acordo, inclusive, como é feito no próprio Supremo Tribunal Federal. Ora, se o Supremo Tribunal Federal tem um rito, por que o Tribunal Superior do Trabalho não pode ter um rito similar?

Então, apenas nós estamos parametrizando a edição de súmulas, para evitar os excessos, e deixar que a norma seja ditada por esta Casa, que é a Casa do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?



**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, tem-se falado tanto aqui sobre a importância da segurança jurídica. Por que uma súmula não ser a essência da segurança jurídica? Porque a súmula dá a palavra final sobre a controvérsia entre Tribunais Regionais e a própria jurisprudência da Corte.

Esse texto do Deputado Rogério Marinho já cria limitações para a Justiça do Trabalho, quando estabelece que ela tem que se ater ao texto da lei. Já cria dificuldades para a Justiça do Trabalho fazer esse processo de uniformização.

Ao longo desses anos todos, desde 1943 que a CLT foi criada, a Justiça do Trabalho tem sido um fator importante de modernização do Direito, de aperfeiçoamento do Direito. Essa proposta do Deputado Rogério Marinho, assim como a anterior, engessa. Ela, praticamente, vai inviabilizar esse processo de uniformização e vai dificultar, e muito, por ser um equívoco por parte dele.

Portanto, nós queremos que seja supresso esse texto, porque...  
(*Desligamento automático do microfone.*)

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Pelo DEM, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, é uma responsabilidade e mais uma dificuldade para o trabalhador ter acesso a seus direitos. As súmulas têm uma importância. E a importância é exatamente gerar decisões que sejam uniformes garantindo ao longo do tempo um entendimento que não seja o de restrição continuada dos direitos dos trabalhadores.

Mas também o que esperar? O Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, já disse publicamente que a Justiça do Trabalho tinha que acabar. Então,



estão dando espaço para que isso aconteça, porque votando uma matéria como essa é exatamente um trabalho para que a Justiça do Trabalho venha cada vez mais a perder força e um dia, quem sabe, acabar.

Nós somos a favor da Justiça do Trabalho, do trabalhador e por esse motivo nós votamos “não”, a favor que a Justiça do Trabalho...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aproveito que V.Exa. citou o meu nome em relação à Justiça do Trabalho, para dizer que o TST pediu para avisar a este Plenário que não haverá greve na sexta-feira, dia 28, no Tribunal Superior do Trabalho, e em nenhum dos Tribunais Regionais, por determinação do seu Presidente. *(Palmas.) (Manifestação no plenário: Muito bem!)*

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**A SRA. TEREZA CRISTINA** - PSB, Sr. Presidente.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, Liderança da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, pela Liderança da Minoria.

Sr. Presidente, quero orientar pela Liderança da Minoria.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, a Rede vota “não” a esse destaque...

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Eu peço, depois do Deputado Molon, eu peço o tempo pela Liderança do PSOL. Nós vamos discutir, então, quem vai fazer greve dia 28.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, o PSB vota “sim”.





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Alessandro Molon, pela Rede.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede vota “não” por uma razão simples. Nós dissemos, durante todo o debate que esse projeto tem por objetivo dificultar o acesso do trabalhador na Justiça do Trabalho e dificultar, de alguma maneira, sabotar o bom funcionamento da Justiça do Trabalho.

Nesse caso, nesse dispositivo, em especial, o Relator queria impedir e quer impedir a edição de súmulas pela Justiça do Trabalho.

Nós defendemos que a Justiça do Trabalho possa sumular as matérias que decidir, que julgar adequadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, só para concluir.

Quero lamentar esse posicionamento do Presidente do TST e manifestar apoio aos vários Tribunais Regionais do Trabalho que vão parar na sexta-feira, dia 28, queira o Dr. Ives Gandra ou não, porque os juízes do Trabalho estão do lado dos trabalhadores.

A Rede vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “não”. Nós achamos que este projeto é maléfico ao conjunto dos trabalhadores, precariza as condições de trabalho, torna o bico como o padrão de contratação oficial do País.



**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A CUT mandou avisar que entrou em greve.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta reforma trabalhista que faz neste destaque nº 17... Podemos observar que ela é realizada por meio de um projeto aprovado por maioria simples e faz um código para o Judiciário Trabalhista exigindo dois terços na emissão de súmulas, exigindo quórum qualificado para emissão de súmulas (*ininteligível*) o novo código do trabalho.

É por isso que a ANAMATRA, os juízes do trabalho e o TRT-5 na Bahia vão parar. E digo a V.Exas. que os trabalhadores do Judiciário brasileiro, quer seja no âmbito federal ou no âmbito dos Estados, estarão parados dia 28.

Esta matéria é absurda, é invasiva, é desestruturante da Justiça do Trabalho no Brasil.

O PCdoB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria lembrar que 22 ministros do TST assinaram um documento dizendo que o Presidente Ives Gandra não representa o posicionamento da Corte.



Dois Tribunais Regionais, o da Bahia e o de Minas, já decidiram suspender as suas atividades na sexta-feira, no dia da greve geral. E o Ministério Público do trabalho deu um parecer dizendo que a greve é legal.

A greve vai acontecer e vai acontecer com força.

E eu quero dizer que nós, da Minoria, encaminhamos o “não”, pois este projeto, Deputado Rogério Marinho, é um equívoco porque, em relação a quórum, para unificação de jurisprudência, isso tem que ser feito no regimento interno do tribunal e não deve haver esse nível de engessamento na lei. O próprio Deputado Rogério Marinho disse, inclusive, que, no Supremo Tribunal Federal, quem estabelece como é a uniformização da jurisprudência e das súmulas é o regimento interno do tribunal. Portanto, é um equívoco esse nível de engessamento. Essa competência tem que ser estabelecida no regimento interno do tribunal.

Por isso, a Minoria encaminha “não”.

**O SR. PEDRO CHAVES** (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Pedro Chaves acompanhou a orientação do PMDB.

**O SR. EFRAIM FILHO** (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Enquanto o Deputado Glauber Braga se dirige à tribuna, Sr. Presidente, quero comunicar que alguns Líderes estão preparando uma reclamação ao Conselho Nacional de Justiça para que o tribunal possa aderir à greve.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Abre o painel, Presidente!

**O SR. ARTHUR LIRA** - Não vai haver painel, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, pela Liderança do PSOL.



**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e aqueles que ainda estão acompanhando a sessão, neste momento, pela *TV Câmara*, não brinquem com a greve geral, não brinquem com a greve geral!

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos deixar o Deputado se pronunciar, por favor.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Olhem, a respeito da manifestação de carinho de alguns que votaram contra os trabalhadores, eu quero ver se vai haver a mesma força depois do dia 28, é isso o que eu quero ver. Eu quero ver o quanto V.Exas. vão dar gritos de ousadia depois da mobilização do dia 28.

Acabei de receber uma ligação de Mário Teixeira dizendo que as três federações dos portuários aderiram à greve geral. Eu quero aqui dizer para V.Exas. que a greve geral que os senhores estão menosprezando já tem o apoio dos bancários, dos metroviários, dos motoristas de ônibus, professores da rede pública, petroleiros, aeroviários e funcionários públicos.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Petroleiros?

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Eu poderia citar diversas outras categorias que vão parar no dia 28.

E a votação que os senhores promoveram aqui hoje só vai ampliar a mobilização por todo o Brasil. Não pensem que os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras vão baixar a cabeça para esse tipo de votação, que esmaga, que passa por cima de direitos, que tem como objetivo, no final das contas, fazer com que



aqueles que estão no topo da pirâmide lucrem e mandem mais. Os senhores vão sentir o peso da mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.

Eu faço um desafio: depois do dia 28, na votação da reforma da Previdência — e vejam que o Governo ilegítimo não consegue ter aqui nem 308 votos —, voltem a fazer essas manifestações de carinho. Nos Estados, nós fazemos questão de colocar a foto e o nome, um por um, de todos que votaram e que estão votando contra os trabalhadores brasileiros. *(Manifestação no plenário.)*

A greve geral está chegando! Dia 28 vem aí!

Fora, Temer! Fora todos aqueles que votam contra os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil!

Os senhores vão ter que aceitar e engolir que dão apoio a um Governo ilegítimo, que retira, dia e noite, direitos de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Esperem pelo dia 28.

Fora, Temer!

**O SR. VALDIR COLATTO** - *Outdoor* com dinheiro público.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que forem pela manutenção do texto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

MANTIDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa Destaque nº 41 com o seguinte teor:

*Sr. Presidente,*

*Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 160, inciso II, combinado com o § 2º, do Regimento Interno da*



*Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 16, apresentada ao texto inicial do PL 6.787/16, com o objetivo de eximir as entidades filantrópicas de entregar garantias para a apresentação de embargos à execução em ações trabalhistas.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra à Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)*

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** - Sr. Presidente, vou encaminhar pela base, pode ser? Porque há um acordo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho.

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós não tivemos tempo de acolher no nosso relatório, mas conversamos com a Deputada e estamos propondo um acolhimento ao texto da emenda da Deputada Gorete Pereira, que fala sobre a inaplicabilidade de exigência de garantia de penhoras para a interposição de embargos à execução às entidades filantrópicas ou a dirigentes atuais ou anteriores.

Então, estamos encaminhando favoravelmente, com a anuência...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Estão todos os partidos favoráveis à aprovação da emenda? Podemos votar?

**A SRA. LUCIANA SANTOS** - Podemos, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação a emenda da Deputada Gorete Pereira.



**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós não somos a favor.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, ela não vai falar a emenda?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não, porque o Relator defendeu, a base está defendendo, e eu perguntei se todos defendiam.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, nós somos contrários.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PT? (*Pausa.*)

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base aliada vota "sim".

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nenhum partido aqui pode, em qualquer momento, dizer que não temos uma atenção especial com as entidades filantrópicas. Eu mesma, Sr. Presidente, sou autora da legislação que regulamentou a questão das universidades filantrópicas no Brasil e tenho orgulho de ter feito isso junto com o Deputado Pedro Uczai e a maior parte dos Parlamentares aqui presentes.

No entanto, eu quero me dirigir às organizações filantrópicas, dizendo que, em qualquer circunstância, prevalece a questão de alimentos. A legislação é assim. Portanto, a questão de alimentos é uma premissa humanitária. Se há créditos de um trabalhador para receber, seja de uma organização privada ou filantrópica, esse crédito do trabalhador deve prevalecer, porque ele tem uma família. Essa família não pode ser responsabilizada pela crise em que muitas vezes é jogada uma filantrópica quando não tem apoio do Governo.



Por isso...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - PCdoB como vota?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente...

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Por isso, Sr. Presidente, concluo dizendo que a nossa posição é, nesse sentido, contrária à matéria, porque defendemos o direito de alimentos das famílias dos trabalhadores em qualquer circunstância, ainda que sejamos defensores das organizações filantrópicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputada.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Essa é a posição do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - PCdoB como vota?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, evidentemente, nós temos a clareza acerca da natureza das entidades filantrópicas, especialmente, as sérias. Sabemos efetivamente das suas dificuldades. Aliás, temos legislado sempre em proteção a essas.

No entanto, é necessário saber que a relação empregatícia é uma relação de cunho normal. O empregado não está observando a natureza jurídica dessa ou daquela entidade a ele filiada, porque ele precisa receber os seus direitos.

No caso de penhora, como essa estrutura não ficará comprometida em fazê-lo? Trata-se de verba alimentar, e, como dizem os juristas, a fumaça do bom direito indica que, em questão alimentar, não há qualquer tipo de concessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PCdoB vota como?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O PCdoB vota "não".

Muito obrigada.





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vota "não".

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que forem a favor da emenda permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Esta votação é nominal? *(Pausa.)* É simbólica.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*Sr. Presidente,*

*Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, § 2º, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do art. 5º-D, do art. 2º do substitutivo apresentado ao PL 6.787/2016.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Evandro Roman.

**O SR. EVANDRO ROMAN** (PSD-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu gostaria de defender aqui o Destaque nº 17, por ter o entendimento de que esse prazo de 18 meses que se dá a partir do momento em que uma empresa demite e não possa contratar é um grande absurdo e um equívoco do texto.



É impossível, com todas as dificuldades que nós temos hoje no Brasil, com todas as ações, quando se quer contratar uma empresa e quer o empregado trabalhar, não haver a possibilidade da contratação.

A partir do momento em que você é dono de uma construtora e você tem uma obra por 3 anos, você demite seus funcionários, depois de 2 meses você recebe uma obra, você quer recontratá-los, você não pode porque a lei barra. Eu diria que é uma questão de prudência nós votarmos contra o texto do Relator nesse item. Isso aqui é um grande absurdo. Um grande equívoco está sendo feito. A vontade de trabalhar juntamente com a vontade de empregar fica presa a uma lei que estabelece 18 meses de quarentena.

Pediria a todos os senhores que votassem e tivessem o entendimento para que nós pudéssemos fazer com que a relação empregado-empregador ficasse cada vez mais franca e aberta, com a possibilidade de demissão e contratação a qualquer momento. O texto atual prevê que esse prazo seja de 120 dias. Temos a possibilidade de manter o texto.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
"Sim".

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, manter o texto.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PR? *(Pausa.)*

A base vota “sim”.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base não vota “sim”. Nós vamos votar “não”. Essa mudança no texto do Relator eu entendo que não é oportuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Então, você vai votar “sim” para manter o texto do Relator.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Manter o texto do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Então, vota “sim”.

A base vota “sim”.

**O SR. BALEIA ROSSI** (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para manter o texto do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

**O SR. JAIME MARTINS** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota “não”, acompanha a emenda do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? *(Pausa.)*

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. sem revisão do orador.) - “Não”. A base aliada tem que ser “não” para poder mudar isso aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. EVANDRO ROMAN** (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Essa lei vai travar. Essa lei vai travar.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Quero mudar.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?



**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, quanto a este destaque, nós temos uma questão inovadora no plenário, é o único aspecto que o Relator, o Deputado Rogério Marinho, colocou positivamente diante deste caos, da desgraça desta reforma. Agora a base quer tirar.

Nós sempre nos preocupamos com os terceirizados, porque na verdade há um movimento de demitir as pessoas empregadas e terceirizá-las, recontratá-las.

Então o Relator, o Deputado Rogério Marinho, acatou a proposta de que não se possa fazer isto, não possa demitir a pessoa e, antes de 18 meses, recontratá-la via terceirizada. Na verdade a pessoa é recontratada com 30% a menos do salário.

Mas agora lá eles estão desistindo, porque eles são a favor...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

**O SR. ALIEL MACHADO** - A Rede, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. ALIEL MACHADO** (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede vai fazer o encaminhamento pelo voto “não” e destaca que este projeto é tão ruim, retira tantos direitos, que ele tem a sensibilidade de um dos homens que eu respeito pela sua história, pelo seu trabalho, que ocasionalmente hoje é Ministro do Trabalho, o Deputado Ronaldo, colega nosso, por quem eu tenho de verdade muito respeito e carinho.

Até o Ministro está votando favoravelmente em alguns destaques, porque ele sabe que se retiram direitos e que ele deve obrigação à população.



Vejam o que eu estou falando: o Ministro do Trabalho desse Governo, Ronaldo Nogueira, por quem eu tenho respeito e carinho, porque admiro o trabalho dele, está votando destaques favoráveis, contrários ao projeto original. Isso, sim, é reconhecer que o projeto é muito ruim.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiramente quero saber se é verdade. O Deputado Aliel deu essa notícia, e, é claro, nós acreditamos no Deputado Aliel, mas eu queria questionar diretamente o Ministro do Trabalho. É isso mesmo? Ele está votando contra o texto original do Governo e do Relator?

Está votando, porque não quer comprar o desgaste com a sua própria base, porque o texto é ruim. O texto fere direitos dos trabalhadores.

E neste destaque, especificamente, houve um alardear por parte do Relator, Deputado Rogério Marinho, de que estava estabelecendo um prazo de 18 meses para que a empresa de terceirização pudesse recontratar. Aí então, agora, estão querendo retirar o que foi colocado no texto, precarizando ainda mais o direito do trabalhador? É isso. O destaque trata disso.

Eu estou entendendo então que, como o PSD, que é o autor do destaque está votando “não”, nós votamos “sim”, exatamente para que seja mantido o...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. GLAUBER BRAGA** - É uma salvaguarda.



**O SR. ALIEL MACHADO** (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Rede vota “sim” ao texto e “não” ao destaque. Só corrijam o painel, porque é “sim”. Obrigado.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PDT não tem dúvida: isso é um absurdo, literalmente. É uma coisa em que nós elogiamos o Relator Rogério Marinho, porque ele evita, com esse intervalo, justamente a pejetização, porque não é verdade que o empregado que for demitido daqui a 2 meses será novamente recontratado.

O que esse artigo veda é que ele seja recontratado como empregado de uma empresa prestadora de serviço, que é a pejetização. O PDT não tem nenhuma dúvida de encaminhar o voto “sim” ao texto original.

**O SR. BEBETO** - Presidente, o PSB...

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, penso que o texto do Relator impunha uma quarentena necessária para evitar uma fraude na relação em que aquele empregado vinculado, contratado pela empresa “primeirizada” seja demitido e, em menos de 18 meses, seja contratado novamente com salário menor.

Essa proposta reduz danos. O destaque feito pelo PSD é um destaque que violenta, que ajuda a patrocinar uma fraude.

Nesse sentido, o PSB fica com o texto do Relator e encaminha o voto “sim”.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, a Minoria.



**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O PCdoB, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na verdade, o art. 5º-D é uma das poucas possibilidades de que a consciência, inclusive humanista, possa ter baixado sobre a pena do Relator.

Agora, o Relator não vai mais tirar nota dez com a base governista, porque deixou escapar uma bondade. Nós queremos manter essa, em tese, bondade, porque, na verdade, trata-se de manter 18 meses de garantia de que o trabalhador não entrará na roda da misericórdia das terceirizadoras, que o querem descartar e depois contratá-lo como nada, sem terem pago os seus direitos anteriores.

Por isso mesmo, entendemos que o texto deve ser mantido. O PCdoB vota “sim”.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, a Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, uma das únicas coisas boas desse parecer é essa matéria.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Sr. Presidente...

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Quando se dizia que era preciso terceirizar para as empresas se dedicarem à atividade fim, dizia-se que a terceirização não era para precarizar. Quando está se terceirizando a atividade fim, você assume a precarização.

Quando o Relator estabelece um prazo de 18 meses para que a pessoa demitida da empresa contratante possa voltar na condição de terceirizada, ele está



impedindo que a demissão e a contratação, via empresa terceirizada, seja exclusivamente para precarizar as relações de trabalho.

Ele está assegurando o período para que esse trabalhador não seja demitido para ser recontratado, burlando a legislação, por um salário menor.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB? (*Pausa.*)

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Por isso nós, a Minoria, orientamos a manutenção do texto, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB?

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou ler o artigo aqui. Nós estamos caindo num equívoco muito grande. Olhem aqui o art. 5º:

*O empregado que for demitido, não poderá prestar serviços para esta mesma empresa na qualidade de empregado de empresa prestadora de serviço antes do decurso de prazo de 18 meses, contados a partir da demissão do empregado.*

Vamos supor que você demita o empregado. Ele sai na cidade e arruma um emprego em outra empresa. Depois de 4 ou 5 meses, aquela empresa contrata essa empresa da qual ele é empregado para prestar um serviço. Ele vai ser demitido de novo. A empresa vai demitir esse funcionário. Isso é um absurdo!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos encerrar, Deputado.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Isso é um absurdo!

O PTB muda para "não".





Isso é um absurdo! Você inserir que uma empresa demita um funcionário porque trabalhou para mim. Isso é um absurdo!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que forem a favor da manutenção do texto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

MANTIDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa Requerimento 54, da bancada do PT, com o seguinte teor:

*Sr. Presidente,*

*Requeremos, nos termos do art. 161, inciso II, § 2º do Regimento Interno, destaque da Emenda 15 de plenário apresentada ao PL 6.787, de 2016.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de pedir a atenção dos senhores sobre esse destaque. Trata-se de uma emenda cujo objetivo é garantir que os trabalhadores de uma mesma empresa, sejam eles contratados diretamente por essa empresa ou por uma empresa terceirizada, tenham a mesma representação sindical, excetuando as chamadas categorias diferenciadas, como, por exemplo, engenheiros, médicos, vigilantes etc. Isso é muito importante porque garante que aja uma uniformidade na discussão dos trabalhadores com os dois patrões. No caso, o patrão da empresa contratante e do patrão da empresa contratada, mas que se dê a partir de certa norma geral. Do contrário, nós vamos assistir à proliferação de



sindicatos chamados de terceirizados ou sindicatos de prestação de serviços, que não representam absolutamente nada, que não estão inseridos na tradição daquelas empresas, que não conhecem as especificidades de cada empresa e que vão tumultuar a relação entre os trabalhadores e essa empresa. Isso é muito ruim para os trabalhadores, mas também é muito ruim para os empresários na medida em que as negociações se tornam múltiplas.

Nós discutimos essa questão com os partidos da Base, com o Relator, com a própria CNI. Buscamos o entendimento bastante amplo aqui. Infelizmente, não houve um acordo negociado entre nós, a Oposição e a Situação. Mas muitos dos Deputados entenderam esse problema e reconhecem que, para que tenhamos uma relação sindical entre empresários e sindicatos e que se ela se dê dentro de uma normalidade, é necessário que façamos a aprovação dessa emenda, que garante uma uniformidade de representação de acordo com a categoria majoritária naquela empresa. Como eu disse, excetuando os as categorias diferenciadas.

Essa é uma questão fundamental, do contrário, a anarquia, a confusão vai reinar dentro das empresas, com diversos sindicatos se arvorando como representativos daqueles trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho, para falar contra.

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse destaque é extremamente importante e relevante. Chamo a atenção aqui dos Srs. Deputados. E não é por acaso que o PT o destacou de forma preferencial.



Vejam que, na hora em que nós estamos dentro do projeto, trabalhando a questão da liberdade, da negociação, do empoderamento dessa negociação, o PT continua a se preocupar de que forma engordar os sindicatos aliados, como conseguir manter sua condição de usufrutuário dessa situação, que degrada o País.

Vejam, na hora que se defende a liberdade sindical, na hora que se defende a liberdade de as pessoas optarem por aquela entidade ou associação que lhe é mais adequada, querem impor, através desse instrumento, uma subordinação a um pseudo ou provável sindicato preponderante, para que haja uma espécie de estruturação e vinculação de toda a empresa em função de uma estrutura sindical certamente aparelhada. Além de isso ser inconstitucional, porque fere o princípio da liberdade sindical, enquadra-se na representação sindical da categoria do empregador.

Nós estamos ferindo o direito da própria unicidade sindical, que eu particularmente combato, mas está na Constituição. Enquadrar sindicatos dessa forma significa que as empresas que têm contratos terceirizados vão começar a optar de forma intermitente, eu diria, que é combatida pelos Srs. Deputados, na hora em que um contrato se exaurir e for criado outro. E ainda: uma empresa que terceiriza serviço pode ter dentro da sua égide a mesma categoria profissional dentro de três, quatro ou cinco sindicatos distintos, em função da conveniência do sindicato preponderante. Isso é uma clara intervenção das pessoas que querem manter uma estrutura sindical arcaica, ultrapassada, que precisa ser remodelada.

Aliás, nós temos aqui uma responsabilidade: via de consequência, após a aprovação desse projeto, Srs. Deputados, o Governo precisa trazer para esta Casa um processo de modificação da estrutura sindical do País, inclusive com cláusulas



democráticas, para evitar que presidentes de sindicatos passem 40 anos comandando os seus sindicatos, passem esse tempo todo usufruindo e não tenham inclusive eleições diretas, democráticas e livres.

*(Palmas no plenário.)*

Nós precisamos arejar a estrutura sindical pelo bem da relação do trabalho no nosso País.

Peço a manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota o PP?

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “não”, e a Base também vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Base toda vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Base é “não”, tirando o PSB.

Como vota o PT?

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- Sr. Presidente, o PT vota “sim” e apresenta a importância dessa ideia, porque a intervenção que está acontecendo é a tentativa de desestruturar o sistema sindical e a sua autonomia no Brasil. O que o Governo pretende é rasgar a Constituição e o direito de liberdade sindical e ferir inclusive um princípio constitucional muito debatido que diz respeito ao debate dos sindicatos mais do que desta Casa, que é o princípio da unicidade.

Sr. Presidente, há uma intervenção em curso aqui. Querem quebrar a vida sindical brasileira e as centrais sindicais, para impedir a resistência a um Governo



que está tirando direitos. Querem atacar a greve geral fazendo isto hoje. Querem rasgar a Constituição.

Nós não estamos do lado deste Relator e deste projeto contra os trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente, do PSOL.

**O SR. CAETANO** - Libera o painel, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vou abrir depois de o PSOL falar.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é evidente que o relatório do Deputado Rogério Marinho tem uma função, a de dissolver e pulverizar o movimento sindical. Ele quer tornar o trabalhador um refém.

O terceirizado já é um refém, um rebaixado. E agora você bota na mesma empresa e quer tratar com sindicatos diferentes. Para quê? Para poder exatamente enfraquecer qualquer negociação sindical.

E o Deputado Marinho vem dizer que isso é corporativismo. Não, isso é defesa dos interesses dos trabalhadores, porque V.Exa. é o defensor do interesse patronal, do lucro patronal, dos ricos. A maioria que aprovou esse projeto defende os interesses dos ricos neste momento. *(Manifestação no plenário.)*

O PSOL vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Presidente, nós queremos orientar pela Minoria.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - Presidente, estamos assistindo...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Vai orientar, porque há acordo de votação nominal nesta matéria. Os Deputados podem ir votando.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Temos que orientar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, só quero dizer que nós vamos assistir ao espetáculo da terceirização, que já está aprovada — liberou geral, é irrestrito.

Agora nós vamos ter a precarização da terceirização sindical. Isso quer dizer que a representação do terceirizado sindicalizado vai ser coisa inimaginável. Ela vai deixar de existir, cada vez deixando o trabalhador mais fragilizado, sub-representado, sem expressão nenhuma exatamente para que não tenha força nem de pedir água, nem de reclamar de nada. Tem que trabalhar e ficar quietinho. Não tem para quem apelar.

É lamentável, Presidente, mas precisamos denunciar isso, para que o cidadão, a população que está nos acompanhando depois tenha consciência disso. Nós estamos aqui como sentinelas para defender os direitos dos trabalhadores.

Por isso, votamos “sim”.



**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PMB vota "sim".

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora) - O PSB vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PSB vota "não".

Como vota o PCdoB?

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, olhem V.Exas. a contradição do discurso. Vamos fortalecer a negociação. Agora, querem a intervenção dos Estados para estabelecer as regras do sindicato. Isso enfraquece as relações de trabalho e pulveriza os sindicatos. Então, não querem, na verdade, um processo de negociação; querem o enfraquecimento da organização dos trabalhadores.

Nesse sentido, além de terceirizar, precarizar o processo de terceirização, que é a atomização do movimento sindical, não vão permitir que os trabalhadores se organizem e tenham uma luta saudável em defesa dos seus interesses. Essa é a intervenção estatal que eles querem. Essa é a intervenção patronal para dificultar e arrebentar o movimento dos trabalhadores.

Portanto, esse é o pior corporativismo. Esse é o interesse no sentido geral fascista da desorganização do trabalho sindical e da organização das trabalhadoras e trabalhadores do Brasil.

Por isso, o PCdoB vota "sim"

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Gostaria de lembrar ao Plenário que haverá mais uma votação nominal logo em seguida a essa. Há votações acontecendo sucessivamente, e não há mais nenhuma...



**O SR. ARNALDO JORDY** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota "sim" a favor do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PPS vota "sim".

Como vota a Minoria?

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quando nós escutamos que o Presidente do TST diz à revelia dos trabalhadores, das servidoras e dos servidores dos tribunais, quem vai entrar em greve ou não, nós veremos qual é o sentido que está por trás de uma matéria como essa. É fragmentar a representação sindical.

Se nós temos a terceirização liberta, a precarização liberta e institucionalizada, nós poderemos ter vários sindicatos dentro de uma mesma empresa. A fragmentação divide a própria organização sindical.

Nós vamos poder ter nesta proposta vários contratos coletivos numa mesma empresa e as pessoas exercendo a mesma função e ganhando de forma diferente.

Por isso, para fortalecer os sindicatos é que a Minoria vota ...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Sr. Deputado Silvio Costa.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sei que está muito tarde, todo mundo está cansado. Passei o dia todo calado.





Quero perguntar uma coisa às Sras. e aos Srs. Deputados: vocês não estão achando algo estranho aqui, não? Veja bem, estamos acabando com o imposto sindical. Era para as galerias estarem lotadas com presidentes de sindicatos todos brabos.

Eu estava falando com o Deputado Paulinho Pereira que há dois grandes negócios no Brasil: um é ser dono de partido político, porque existe o fundo partidário; o outro é ser dono de sindicato.

Veja, vamos verificar o que vocês fizeram aqui. *(Palmas no plenário.)* Deixe-me terminar pessoal, por favor. Não aplaudam não, porque depois vou dar uma porrada em vocês. *(Gargalhada no plenário.)*

Veja uma coisa: o Brasil tem 11 mil sindicatos laborais e 6 mil sindicatos patronais. Existe muita gente séria no movimento sindical, muito presidente de sindicato sério, mas existe muito picareta.

V.Exas. criaram hoje aqui mais um foco de corrupção no Brasil e eu vou provar. Eu sempre defendi o negociado sobre o legislado — e o Prof. Pastore, por exemplo, sabe disso —, mas com critérios.

Por exemplo, se o cara ganha dez salários mínimos por mês, ele pode sentar-se à mesa e negociar. Ele diz: *“eu quero diminuir o horário disso e daquilo”*. Ele pode negociar.

Sabe o que V.Exas. fizeram hoje aqui? Por exemplo,...

*(Desligamento automático do microfone.) (Manifestação no plenário: Acabou o tempo!)*

**O SR. SILVIO COSTA** - Calma!



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - V.Exa. tem direito a 3 minutos para encerrar.

**O SR. SILVIO COSTA** - Mas que gritaria! Calma, meu irmão!

Por exemplo, o voto em lista não vai passar aqui não. V.Exas. criaram o trabalho em lista hoje. Sabe o que vai acontecer? O trabalhador não tem mais direito a nada.

O trabalhador, por exemplo, é do Sindicato X. Quando chega a época do dissídio, o Presidente desse Sindicato X vai sentar à mesa do empregador e diz: *“Meu irmão, vamos fazer um acordo aqui. É o seguinte: como é que você quer?”* Aí o empregador diz: *“Eu quero assim”*. Então, o outro responde: *“Mas para ser assim, custa tanto”*.

O empregador vai pagar, e quem vai ser dar mal é o trabalhador. Isso vai ser um foco de corrupção!

**O SR. NILSON LEITÃO** - V.Exa. quer dizer que o sindicato é desonesto?

**(Não identificado)** - V.Exa. está dizendo que o Presidente do sindicato é ladrão, Deputado Silvio Costa?

**O SR. SILVIO COSTA** - V.Exas. tiraram...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, pela Liderança do DEM.

**O SR. JOÃO DERLY** - Sr. Presidente, quero fazer o encaminhamento da Rede.

**O SR. SILVIO COSTA** - Espere aí, deixe-me terminar! V.Exas...



(Não identificado) - Todo Presidente de sindicato é ladrão, Deputado Silvio Costa?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. SILVIO COSTA** - V.Exas. alimentaram...

**O SR. NILSON LEITÃO** - Eu devia pedir...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Após o pronunciamento do Deputado José Carlos Aleluia, pela Liderança do DEM, eu vou encerrar a votação.

**O SR. JOÃO DERLY** (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede ainda não encaminhou.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Desculpe-me, após o pronunciamento do Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. orienta.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, pela Liderança do DEM.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (DEM-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos acompanham nesta noite histórica. Nós estamos aprovando um projeto da Câmara dos Deputados, não é um projeto do Governo.

O projeto do Governo, meu Presidente Daniel Vilela, era um projeto modesto. Sob o seu comando, sob a relatoria do Deputado Rogério Marinho e com a participação de Deputados de todas as tendências — da Oposição e do Governo —, nós construímos um projeto que não é uma reforma trabalhista, é uma revolução nas relações trabalhistas no Brasil.



Eu subi aqui para falar em nome do meu partido, que votou 100% a favor da reforma. Parabéns ao Líder Efraim Filho, parabéns ao Presidente José Agripino, parabéns ao Ministro Mendonça Filho, que veio votar conosco, parabéns a todos nós. Mas eu quero dizer que a vitória só estará completa no próximo destaque (*palmas*), sobre o qual estava falando o meu amigo, Deputado Silvio Costa.

Eu não como ele, eu não vou dizer que existe ladrão em lugar nenhum, mas eu sou daqueles que dizem: *“Por que uma pequena empresa com um capital de 100 mil reais, que se aperta em dezembro para pagar o 13º salário, em janeiro, vai pagar mais cerca de 800 reais para manter a mordomia dos empresários, dos que vivem por conta dos sindicatos patronais, das federações, dos sindicatos e das confederações?”*

Não são apenas os trabalhadores que vão se fortalecer. Nós agora no Brasil vamos ter sindicatos de trabalhadores verdadeiros, porque os trabalhadores vão ter que pagar pelo trabalho que o sindicato prestar para eles como é na Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, França e como será no Brasil.

Da mesma forma, esses sindicatos patronais de fantasia, porque muitos só prestam para empregar genros e noras, vão ter que pagar do bolso de maneira voluntária e não mais imposta.

Portanto, Deputados e Deputadas, nós estamos acordados aqui a 1 hora e 25 minutos, mas nós vamos sair daqui muito satisfeitos.

Eu estava falando com o meu colega Osmar Bertoldi, que me dizia: *“Aleluia, depois de aprovar esse projeto, eu volto para o Paraná de cabeça erguida dizendo, eu, meus companheiros e companheiras fizemos uma revolução no Brasil”.*



Eu não sou daqueles que me iludo. Nós temos um grande problema que é a cabeça dos operadores do Direito do Trabalho no Brasil. O complexo de Robin Hood se instalou no Ministério Público do Trabalho e na Justiça do Trabalho.

Muitos vão querer mudar uma interpretação do que fizemos, mesmo tendo sido um trabalho tão bem feito por Rogério Marinho.

Dois dias depois de termos aprovada a Lei da Terceirização, de ela ter sido sancionada pela Presidente da República, uma competente desembargadora federal do Rio de Janeiro publicou um trabalho que poderia ser intitulado *Como se estabelecer uma lei e se criar a trampa*. Ela dizia como os juízes poderiam não cumprir o que tínhamos determinado.

Eu vi aqui coisas absurdas há pouco tempo! Vi companheiros valorosos do PT sendo a favor das súmulas do Tribunal Superior do Trabalho! As súmulas são uma usurpação do trabalho do Poder Legislativo! Nós não podemos defender súmulas. As súmulas devem ser exceção, e não a regra.

Presidente Rodrigo Maia, V.Exa. sofreu tanto comandando essas sessões. Todos estão de parabéns, e o Presidente de maneira muito especial! Uma boa noite para todos! Vamos aprovar o outro destaque da mesma forma como vamos aprovar esse.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Posso encerrar a votação?  
(*Manifestação no plenário.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 133;

NÃO: 285;



ABSTENÇÃO: 4.

A EMENDA FOI REJEITADA.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa Destaque 51:

*Sr. Presidente,*

*Requeiro, nos termos do art. 161, inciso II, § 2º, combinado com o art. 117, inciso IX, do Regimento Interno da Casa, destaque para votação em separado da Emenda nº 28, oferecida em plenário ao Projeto de Lei 6787/2016.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Goulart.

**O SR. GOULART** (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, atendendo a minha bancada, ao apelo da minha bancada, por todo o trabalho como Vice-Presidente da Comissão Especial que estudou essa matéria, eu retiro o meu destaque. Vou acompanhar o que a minha bancada está votando desde o início, porque não dá para aceitar mais esse monte de líder sindical, que esquentava a carteira para virar líder sindical, que nunca usou a carteira de trabalho, como eu vi hoje muita gente aqui: esquentava a carteira em muitas empresas lá no ABC.

Então, vou votar com o meu Relator e retirar o meu destaque. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento o seguinte teor:

*Sr. Presidente,*

*Requeiro, nos termos do art. 117, inciso IX, combinado com o art. 161, inciso II, § 2º do Regimento*



*Interno da Casa, destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 28, apresentada ao substitutivo do PL 6.787/16.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Paulo Pereira da Silva.

**O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA** (SD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, queria defender essa emenda. Nessa nossa emenda a ideia é fazer uma transição civilizada; uma transição que não destrua os sindicatos, e para que nós possamos nos adaptar a essa nova situação que a Câmara acaba de votar.

Se nós estamos falando que a negociação vai valer mais do que a lei, é preciso que os sindicatos tenham recursos — não só os sindicatos dos trabalhadores, mas também os sindicatos patronais — para que possamos fazer a negociação.

Eu, particularmente, sou favorável à livre negociação. A livre negociação tem dado resultado na questão salarial. Se pegarmos as negociações que aconteceram no ano passado, no meio da crise, no ano em que o País estava na maior e profunda crise da história do Brasil, mesmo assim, 52% dos trabalhadores do Brasil tiveram aumento de salário. Então, a livre negociação salarial tem funcionado. Se voltarmos a 2015, veremos que, em 2015, 92% dos acordos salariais tiveram um aumento real de salário. Isso fez com que o mercado interno continuasse sustentando a economia.

Portanto, a livre negociação é uma coisa boa. Eu sou favorável à livre negociação. Mas não podemos fazer a livre negociação, como agora acabamos de



aprovar, e amarrar as mãos e os pés do sindicato e dizer: vai negociar. A nossa sugestão é de fazer uma transição civilizada. Essa radicalização que há aqui hoje é uma coisa que não é o que acontece na prática. Nós precisamos fazer uma transição disso. Por isso essa proposta de acabar com o imposto sindical em 6 anos, para que possamos, durante esse período, nos adaptar.

Por isso, eu quero fazer esse apelo não só aos Deputados da Oposição, mas também e especialmente aos Deputados da base do Governo, para que possamos nos adaptar a essa situação.

Além disso, se acabarmos com o imposto sindical simplesmente, o Governo terá que recompor. Onde já não há dinheiro, o Governo vai ter que recompor o orçamento do Ministério do Trabalho.

O Ministério recebeu, ano passado, 582 milhões de reais. Isso significa que a estrutura do Ministério do Trabalho, não só da fiscalização, mas de todo o trabalho que é prestado pelo Ministério do Trabalho, terá que ser encerrado.

Por isso acho — Sr. Presidente, só para terminar — que nós deveríamos dar aqui um prazo para que os Sindicatos pudessem se adaptar a essa nova realidade que se impõe. Se nós estamos colocando que vamos fazer com que a negociação valha mais que a lei é preciso que nos adaptemos a essa situação.

Há Parlamentares aqui radicalizados — eu entendo — porque foram, muitas vezes, achincalhados por dirigentes sindicais que realmente estão querendo tocar fogo no circo.

Eu conheço companheiros, como por exemplo, o Deputado Mauro Pereira, que é um grande companheiro nosso lá do Rio Grande do Sul, que tem sido





esculhambado por dirigente sindical. E o Deputado Mauro nunca votou aqui contra trabalhador. Eu quero dar esse testemunho aqui.

Então, tem aqui uma radicalização de pessoas que querem tocar fogo no circo e por isso começam a esculhambar Deputados...

*(Manifestação no plenário: Uh! Uh! Uh!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deixem o Deputado Paulinho terminar, por favor.

**O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA** - Calma, Srs. Deputados, é o último minuto. Eu nunca falo em plenário. Aguentem-me mais 1 minuto.

Então, eu acho que tem uma radicalização nisso: sindicalistas que vão para a rua para esculhambar dirigente sindical, mas também há uma radicalização de alguns companheiros.

Por isso eu quero fazer um apelo para que possamos aprovar essa emenda, fazer uma transição tranquila, para que nós possamos adaptar a essa realidade e fazer com que os sindicatos de trabalhadores e empresários, realmente, possam se livrar da Justiça do Trabalho, porque o mal dessa história toda é a Justiça do Trabalho, que interfere.

Se nós fizermos negociação entre trabalhadores e empresários, com certeza vai diminuir muito esta questão da Justiça do Trabalho. E, no futuro, provavelmente, nós não teremos mais a Justiça do Trabalho no meio do capital e trabalho.

Por isso, faço um apelo aos amigos para que nós possamos aprovar esta emenda. Muito obrigado.



**O SR. GOULART** (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas para ficar claro: eu retirei o Destaque nº 13, que é da bancada do PSD.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para orientar as bancadas do Destaque nº 51, como apresento...

**O SR. DANIEL COELHO** - Peço para falar contrário à matéria, Deputado Daniel Coelho.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado Daniel Coelho.

**O SR. DANIEL COELHO** (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, Srs. Deputados, ao caminhar nas ruas do Brasil — isso acontece no meu Recife, em São Paulo, no Rio de Janeiro, na menor cidade do Norte do País ou no Rio Grande do Sul —, as placas que nós vemos nas ruas dizem: “*Vende-se*”, “*Aluga-se*”.

São empresas fechando, e eu não estou falando de grandes multinacionais, não! Estou falando do pequeno dono de restaurante, do dono da venda, daquele pequeno comerciante que emprega quatro, cinco ou dez pessoas, porque esse é o motor real deste País.

Este discurso raivoso dessa esquerda populista que quebrou o Brasil, quando falam dos empresários, os grandes empresários brasileiros são trabalhadores reais que estão querendo salvar este País. Mais de 80% dos empregos no País são gerados pelo pequeno empreendedor, pelo pequeno empresário que tem que ter apoio, sim, deste Plenário. (*Palmas.*)



Agora o que me entristece não é ver somente as empresas fechando neste País. É que ao mesmo em que fecham empresas, abrem 10, 20, 30 sindicatos patronais e de trabalhadores.

São mais de 17 mil sindicatos no Brasil; há mais sindicato no Brasil do que em todo mundo democrático. Há alguma coisa errada! As empresas estão fechando, 13 milhões de brasileiros estão sem renda, e sindicatos se multiplicando no País. Não há lógica nós mantermos o imposto sindical, que foi criado num período de recessão e ditadura neste País. Ele foi criado naquela época para dar origem a um sindicalismo pelego e controlado por um Estado que não queria uma negociação livre, como a que está sendo criada aqui hoje.

V.Exas. estão de parabéns pelos 296 votos conquistados, mas tudo o que fizemos até aqui perde o sentido se nós não acabarmos com o imposto sindical obrigatório. Vamos dar liberdade ao povo brasileiro. É com a votação deste destaque que nós poderemos dizer que, mais do que uma reforma trabalhista, foi feita hoje uma reforma sindical, uma reforma das relações de trabalho e uma reforma para acabar com esse conceito de que patrão e empregado têm que ser inimigos. Eles têm que dar as mãos para tirar o Brasil da crise que o PT colocou. Apenas com o conceito de união e com o conceito de que o trabalho tem que ser feito para construir e não para criar adversários é que nós podemos salvar o Brasil.

Vamos acabar com esse instrumento do fascismo italiano e da ditadura brasileira, que é o imposto sindical obrigatório. “Sim” à liberdade e “não” ao imposto sindical. (*Palmas.*)

(*Manifestação no plenário: Muito bem!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passemos à orientação de bancada.



PSDB, PMDB e PP, como vota a base?

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Em nome do PSDB e da bancada do Governo, com a autorização do Líder, Sr. Presidente, nós encaminhamos pela manutenção do texto, ou seja, votamos “não”. E queremos dizer às Sras. e aos Srs. Deputados que respeitamos o debate democrático.

Mas nós chegamos a um momento em que o Brasil está esperando deste Parlamento um gesto positivo, um gesto vigoroso, no sentido de arejar o movimento sindical brasileiro, para fortalecer a relação do trabalho.

Eu estava escutando o Deputado Daniel Coelho. Ele termina seu pronunciamento dizendo que, durante muito tempo, tentou se dividir o Brasil entre nós e eles. É uma divisão falsa. É uma divisão ruim para o País. Essa divisão tem que acabar hoje. E o começo desse novo recomeço é a limpeza desse entulho autoritário, fascista que precisa ser varrido da CLT.

Vamos acabar com isso já! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? (*Pausa.*)

Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o PSD?

**O SR. JAIME MARTINS** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. JULIO LOPES** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “não” e pede que conste no painel, para toda a base, o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PP vota “não”.



Como vota o PR?

**O SR. LAERTE BESSA** (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota pela manutenção do texto, Sr. Presidente, mesmo porque nós estamos no momento correto de ajudar o trabalhador, que não aguenta mais esse imposto sindical, nocivo ao seu bolso.

Nós votamos “não”.

O projeto aprovado é muito importante. Possibilitará o crescimento do número de postos de emprego e dará aos trabalhadores uma melhor condição de vida.

O nosso voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM? (*Pausa.*)

**O SR. JULIO LOPES** - O PP vota “não” também, Sr. Presidente. Não está no painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PP vota “não”.

Como vota o DEM?

**O SR. EFRAIM FILHO** (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma das grandes líderes do mundo moderno, a Sra. Margaret Thatcher, entrou para a história ao ter coragem de enfrentar os sindicatos do Reino Unido há algumas décadas.

É chegado o nosso tempo de homens e mulheres de fibra, de convicção e de coragem fazerem o mesmo no Brasil, darem o recado de que é preciso, por meio da modernização das nossas relações e instituições, gerar um mundo competitivo no Brasil no mundo globalizado, sem fronteiras.



Estamos competindo não com os concorrentes internos, mas com a Europa e com os Estados Unidos, em outro cenário totalmente diferente. Acabar com o imposto sindical é acabar com a mamata de quem vivia da...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. EFRAIM FILHO** - O DEM vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PT, desde a sua fundação, defende a autonomia sindical perante os patrões e perante o Estado. Essa autonomia sindical pressupõe, inclusive, a independência financeira. Nós sempre fomos contrários ao imposto sindical ou à chamada contribuição sindical.

Por isso, somos favoráveis, sim, à sua extinção, mas com garantia de que haja uma possibilidade de financiamento para o sindicatos, uma outra possibilidade que dependa do posicionamento das categorias e dos trabalhadores.

No entanto, nós somos contrários a essa extinção abrupta do imposto sindical e somos favoráveis a essa emenda que propõe um processo de transição para que os sindicatos possam se organizar.

Somos favoráveis à emenda, ao Destaque nº 51.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o ex-Presidente Fernando Henrique, cujas obras todos nós, e eu próprio, temos respeito, disse que a Social-Democracia, com o seu estado de bem-estar social, não poderia prescindir de uma relação moderada, equilibrada entre capital e trabalho, produzindo resultados.



**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Abre o painel.

**O SR. BEBETO** - E as instituições sindicais representativas dos trabalhadores têm um papel determinante na geração da riqueza, no aumento e na participação da riqueza no PIB, porque esse é um indicador seguro da condição de vida da população de cada um desses Estados.

Aqui o que se pretende não é a generalização que se está a fazer. O que se propõe é que haja certo gradualismo para a manutenção desse imposto sindical em 3 anos e, depois, com a diminuição substantiva a cada ano. Isso significa garantir condições materiais para a negociação equilibrada entre as partes, já que aqui se decidiu pela prevalência do negociado.

Por isso, é fazer justiça, é garantir que os sindicatos tenham autonomia e tenham condição material para negociar o que hoje aqui se decidiu.

Por isso, nós vamos encaminhar o voto “sim”.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Abre o painel, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?

**O SR. MARCELO SQUASSONI** (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB, satisfeito e feliz de votar, como sempre, como nossa tradição, unido, vamos votar “não” pela modernização das leis trabalhistas brasileiras.

Presidente, faço um pedido que é consenso geral: abrir o painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já vou abrir.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

**O SR. BALEIA ROSSI** (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria ressaltar que nesta tarde e noite votamos um projeto



extremamente importante da modernização das leis trabalhistas, que vão possibilitar a criação de milhões de empregos para enfrentar os 13 milhões de desempregados, fruto da crise gerada pelo Governo anterior.

Agora, o PMDB encaminha “não” à emenda, “sim” ao texto original, para acabar com a obrigação do imposto sindical, valorizando os sindicatos sérios e os trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL sempre foi a favor da autonomia sindical e do fim do imposto sindical. Seria muito importante a contribuição voluntária dos trabalhadores, o que fortaleceria os sindicatos, mas nós não podemos conferir legitimidade a um Governo golpista e a uma maioria circunstancial, que não quer fazer uma reforma sindical.

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos respeitar o Deputado que está falando.

**O SR. IVAN VALENTE** - Aqui nós estamos tratando de reforma trabalhista e não de reforma sindical. Então, vamos discutir com os trabalhadores, e não, em um facão, dizer que acabou a contribuição. Vamos discutir.

O PSOL preferiria fazer isso. Por isso, é obrigado a votar em uma emenda de transição que nem é nossa, mas é a melhor proposta para o momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB? *(Pausa.)*





**O SR. IVAN VALENTE** - Para concluir, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota, Deputado?

**O SR. IVAN VALENTE** - O que se quer, na verdade, é desorganizar o movimento sindical.

O PSOL vota “não” ao golpe, ao golpismo e “sim” à proposta.

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “sim”.

**O SR. WILSON FILHO** (Bloco/PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós, do PTB, também apresentamos anteriormente um destaque na mesma linha que o Solidariedade.

Nós achamos um contrassenso total esta Casa aprovar o acordo e a convenção coletiva acima do legislado e diminuir a força dos sindicatos.

Então, o PTB orienta “sim” para os seus Deputados e agradece o trabalho do Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, petebista, que negociou com todos os envolvidos e chegou a texto que tinha consenso, mas que, nesse ponto específico, não foi aquilo que foi acordado com o PTB.

O PTB orienta, ao lado do Solidariedade, “sim” para os sindicatos, que fazem...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é uma contradição enorme aprovar a supremacia do negociado sobre o legislado e querer enfraquecer os sindicatos.



Aliás, o preâmbulo da defesa do Relator na Comissão do Trabalho era que nós vivíamos sob a ditadura das corporações, mas desconhece que a arquitetura sindical brasileira se dá em torno dos ramos de atividades e que temos categorias difusas. Eu pergunto: a quem interessa extinguir o imposto sindical, que mantém os sindicatos? Esse imposto é a garantia de campanhas amplas, de carro de som, de propagandas em rádio e em TV, de seus boletins, porque um dia por ano interessa a quem quer acabar com sindicato. Há quem queira dois sindicatos por empresa, para fazer um sindicato de resultados, para poder institucionalizar o peleguismo e o sindicato que melhor negociar...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O voto é “sim”, Sr. Presidente.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O PCdoB vota “sim” ao texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Solidariedade vota “sim”. O PCdoB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por um sistema sindical autêntico, organizado voluntariamente como tem que ser em uma democracia, nós votamos “não”.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se de fato se quisesse garantir liberdade sindical o Relator teria tido a coragem de propor o fim da unicidade sindical. No entanto, infelizmente, não se propôs isso para obrigar o cidadão a ter que estar filiado ao único sindicato que existe, está na base territorial.

Se quisesse acabar com o monopólio de sindicato poderia ter feito isso o Relator. Não acabou com o monopólio para que o trabalhador não possa escolher a que sindicato se filiar. Portanto, nesse contexto, na linha do que defende o Ministério Público do Trabalho, o fim brusco da contribuição leva ao enfraquecimento dos sindicatos no momento em que eles serão fundamentais para as negociações coletivas.

Por essa razão, nós vamos votar “sim” à emenda que prevê o fim gradual da contribuição e esperamos que se acabe com a unicidade sindical para que o trabalhador possa escolher a que sindicato ele quer se filiar e não ser obrigado a se filiar a um sindicato que o Estado brasileiro escolher por ele.

Contra o monopólio sindical! A favor da liberdade sindical, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Marcelo Aro.

**O SR. MARCELO ARO** (PHS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje muito se falou sobre esse avanço, o passo importante que o nosso País dá hoje. Nosso País volta para o mercado mundial. Nós consumimos vários produtos da China e não pensamos na sua relação trabalhista comparada à nossa.



Neste momento que estamos vivendo estamos devolvendo ao Brasil a capacidade de disputar, de competir com os demais países desenvolvidos do mundo.

Sr. Presidente, não posso deixar de parabenizar todos os Parlamentares pelos votos de hoje. Mostramos que neste Parlamento ainda há homens e mulheres que lideram, que estão preocupados com o futuro do País e não são reféns de grupos classistas e ameaçadores.

Sr. Presidente, parabéns a V.Exa. pela condução dos trabalhos! Parabéns ao Relator, Deputado Rogério Marinho, pela excelente vitória!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

**O SR. CAIO NARCIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que o mais importante a dizer é que não se está extinguindo o imposto sindical. Está-se sendo dada a opção àquele que se sente representado de contribuir, ao contrário de obrigá-lo a contribuir com algo que ele sente que não o representa.

Democracia é isto: dar às pessoas a oportunidade de escolher. Com o que é bom para mim eu contribuo; com o que não é, eu não contribuo. A função do sindicato é a de servir os trabalhadores e não para os partidos se servirem dele. Muitas vezes nós assistimos sindicatos sem identidade nenhuma com os trabalhadores defendendo bandeiras puramente partidárias, esquecendo o objetivo central.

Com esse novo modelo que está sendo aprovado, Sr. Presidente, os sindicatos terão que, de fato, representar os seus trabalhadores para conquistar —



aí, sim — a sua contribuição de direito por estarem cumprindo essa função. Isso é democracia!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado José Guimarães, para orientar pela Liderança da Minoria.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer apenas um pequeno comentário. Eu ouvi a seguinte frase agora: *“O Brasil espera esse momento de aprovação desta lei da reforma trabalhista”*.

Ninguém sabe de que Brasil o Líder do PSDB e o Relator da matéria estão falando. Noventa por cento são contra a reforma da Previdência, 80%, contra a trabalhista. E o pior: V.Exas. representam um Governo que tem 4% de aprovação.

Cuidado, se não V.Exas. não chegam a 2018, porque este é um Governo que está derrapado e não tem condições de governar. É verdade: tem uma maioria aqui. Mas cuidado com as ruas. As ruas estão contra o que vocês estão fazendo aqui neste momento.

Por isso nós encaminhamos o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não ao imposto sindical! Não ao financiamento público de campanha! Não às regras de transição! É não! Acabou! Vai trabalhar, vai prestar serviço...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Requerimento s/n, de 2017, do Senhor Deputado  
Rubens Pereira Júnior. Suspensão da tramitação do*



*Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, com fundamento no art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) c/c a redação dada pela Subemenda Substitutiva Global ao art. 394-A, § 1º; ao art. 443, § 3º; e ao art. 347, §§ 1º e 2º, todos da Consolidação das Leis do Trabalho.*

*O comando insculpido no art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT da Constituição Federal de 1988 — CF/88 submete a apresentação de requerimento que vise à suspensão da tramitação de proposição legislativa para exame de compatibilidade com o Novo Regime Fiscal, por até 20 dias, a duas condições: a) subscrição do requerimento por um quinto dos membros da Casa e b) aumento de despesa ou renúncia de receita.*

*Verifico presente tão só a primeira, tendo em vista o apoio de 103 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.*

*Em relação ao segundo requisito, contudo, observo que o despacho inicial dado ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, distribuiu a matéria à apreciação da Comissão de Seguridade Social e Família; da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Comissão de Constituição e Justiça*



*e de Cidadania, para análise de mérito e da constitucionalidade e juridicidade da matéria (art. 54, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados — RICD), com a conseqüente formação de Comissão Especial, nos termos do ad. 34, II, do RICD.*

*O fato de a matéria não haver sido distribuída à Comissão de Finanças e Tributação, para os fins do art. 54, II, do Regimento Interno, já demonstra de forma suficiente que a proposição não acarreta aumento de despesa ou renúncia de receita e, portanto, não pode ser objeto do requerimento a que se refere o art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

*Ressalto, por fim, que o presente Requerimento toma como parâmetro para aferir o suposto aumento de despesa ou renúncia de receita o texto da Subemenda Substitutiva Global apresentada em Plenário pelo Relator da matéria.*

*Todavia, a letra do art. 114 do ADCT já indica que tal análise deve recair sobre “proposição elencada no caput do art. 59 da Constituição Federal”, no caso, o projeto de lei. Por essa razão, as proposições acessórias da principal devem ser analisadas pela instância deliberativa à qual se submetem, não ensejando a*



*suspensão referida nas disposições constitucionais transitórias.*

*Mesmo que fosse possível superar esse óbice formal, os dispositivos indicados pelo presente requerimento não desafiam uma análise de impacto orçamentário e financeiro.*

*Conforme restou assentado na decisão proferida no Requerimento nº 5.925/2017, “quando do texto da proposição se observem apenas efeitos financeiros incertos e indeterminados a serem suportados pelo Poder Público”, não é possível receber requerimento visando analisar a compatibilidade da proposição com o novo regime fiscal.*

*Nesses termos, dada a manifesta insatisfação de pressupostos constitucionais e regimentais, devolvo ao autor o presente Requerimento, com fulcro no art. 137, § 1º, II, “b” e “c”, do Regimento da Casa.*

*Publique-se.*

*Oficie-se.*

*Rodrigo Maia.*

*Presidente da Câmara dos Deputados.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal.





**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Essa matéria e sua resposta foram fruto de uma questão de ordem exarada aqui pelo Deputado Rubens Pereira Júnior. A partir da sua resposta, eu quero me reportar — não obstante tenhamos que nos debruçar sobre ela para o entendimento mais adequado do texto que foi lido rapidamente — ao § 8º do art. 95 e recorrer ao Plenário. Como V.Exa. sabe, nesse artigo, prevê-se 3 sessões para que, depois, o Plenário se pronuncie.

V.Exa. sustenta que não há impacto financeiro, e a nossa posição contradita essa afirmação. Só o Governo Federal deve 580 milhões de reais, e nós precisamos, de fato, recorrer ao Plenário para, posteriormente, dirimirmos a dúvida, ouvindo quem tem a soberana decisão.

**O SR. LAERTE BESSA** - Vamos encerrar, Sr. Presidente!

**A SRA. LEANDRE** - Sr. Presidente, eu quero orientar pelo PV.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O recurso que cabe a V.Exa. é o § 2º do art. 137 do Regimento, que prevê o acolhimento do recurso, o encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para que se aguarde a devolução e a decisão...

**O SR. LAERTE BESSA** - Vamos encerrar!

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL apoia o recurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Informo à assessoria que o recurso, necessariamente, precisa ser do autor da proposição, que, infelizmente, não está em plenário. Mas assim será feito quando ele recorrer a mim.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

**O SR. LAERTE BESSA** - Está encerrada a votação!

**A SRA. LEANDRE** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu posso encerrar a votação? Todos votaram? *(Pausa.)*

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente...

**A SRA. LEANDRE** - Não, Sr. Presidente!

**O SR. LAERTE BESSA** - Para encerrar! Para encerrar!

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Em nome da transparência e para que as decisões desta Casa não sejam questionadas pelo seu caráter ou pelo seu viés autoritário, discricionário ou de submissão deste Poder ao Poder Executivo, é preciso que haja demonstração.

Não há demonstração de que não há impacto financeiro. Não há demonstração!

Portanto, a boa técnica legislativa, a independência deste próprio Poder sugerem, ou impõem, que nós possamos apreciar qualquer matéria — qualquer matéria! — a partir da constatação ou não da existência de impacto financeiro.

Portanto, Sr. Presidente, a resposta à questão de ordem que foi de forma absolutamente correta proferida pelo Deputado Rubens é insuficiente e apenas reafirma que não há qualquer tipo de certeza da inexistência de impacto financeiro.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O autor recorrerá.

**O SR. LAERTE BESSA** - Encerrou, Sr. Presidente!



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Mauro Pereira, que está aqui desde cedo e, com muita paciência, tem aguardado para fazer uso da palavra.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de dizer que, se essa votação fosse para tratar de um assunto do amigo Deputado Paulinho da Força, eu votaria com ele porque se trata de uma pessoa amiga, amigo de todos e que representa a Força Sindical, que presta um trabalho importantíssimo para o nosso País.

Infelizmente, está junto aí, por exemplo, uma CUT que gastou milhões em *outdoor* contra nós, sendo que os projetos ainda nem foram votados. Eles gastaram dinheiro do povo, do trabalhador de forma ilícita e de forma errada.

Então, eu vou votar a favor do projeto, a favor do relatório, contra a emenda, mas eu gostaria de ter votado a favor do Paulinho. Infelizmente a CUT não permite isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Liderança do PV?

**O SR. LAERTE BESSA** - Encerrou, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Depois da Liderança do PV, eu vou encerrar.

**A SRA. LEANDRE** (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PV é favorável que a contribuição seja voluntária e encaminha contrário à emenda, ressaltando e respeitando o Deputado Roberto de Lucena, que diverge da nossa posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Posso encerrar?



**O SR. NEWTON CARDOSO JR** - Sr. Presidente, peço 1 minuto, antes concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. NEWTON CARDOSO JR** (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não obstante a qualidade de diversos sindicatos que temos espalhados por este País, neste momento, com essa votação desse último destaque do texto, nós temos a oportunidade de mostrar ao País que os sindicatos terão que atuar, agora sim, a favor do trabalhador.

Eles terão que ser como nós Parlamentares, que temos que garantir o interesse do eleitor ao pedir o seu voto. Terão agora os sindicatos que garantir o interesse do trabalhador ao pedir o apoio e a contribuição voluntária que passa a ser devida a partir do momento que votamos na forma de rejeitar essa alteração.

Portanto, é dessa forma que eu voto e agradeço a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho, porque tem um Deputado entrando no plenário e pediu que eu o espere votar.

**O SR. LAERTE BESSA** - Está encerrado, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já vou encerrar. Estou aguardado o Deputado votar.

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** - Sr. Presidente, eu queria falar, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pode falar. O Relator vai falar e, depois, nós encerramos.

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas agradecer toda a Assessoria que nos ajudou, os Srs. Juízes que vieram para cá de forma absolutamente voluntária pelo



seu amor ao País, à Consultoria da Casa, ao meu Presidente, Deputado Daniel Vilela, que está presente, a todos os membros da Comissão, que, juntamente conosco, participaram de 16 audiências públicas.

Nós recebemos mais de 100 convidados durante os 3 meses; recebemos mais de 70 grupos para falar sobre o mundo do trabalho. Nós fizemos, eu acredito, incursão em 5 Estados da Federação, e membros da Comissão estiveram em mais 9 Estados da Federação. Então, podem nos acusar de qualquer coisa, menos de que nós não tivemos o processo democrático de ouvir, de observar e de recepcionar os argumentos.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - É uma desgraça esse projeto aprovado!

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** - Quero dizer a V.Exas. também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós recepcionamos emendas de mais de 70 Deputados. Esse não é um projeto do Executivo nem um projeto de Parlamentar. Ele é fruto da resolução, da criatividade, no bom sentido, do dever cívico e da vontade deste Parlamento, que saiu da inércia, saiu do imobilismo, e deu a sua contribuição para virarmos a página da economia do País.

Todos estão de parabéns! O Brasil está de parabéns!

*(Manifestações nas galerias: Muito bem! Palmas.)*

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** - Eu quero agradecer muito a V.Exa., também ao nosso Líder, Deputado Aguinaldo Ribeiro, à Oposição, que fez um debate democrático.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - A Casa Grande festeja. A Casa Grande sorri, está em festa!



**O SR. ROGÉRIO MARINHO** - Às vezes, com alguma deslealdade intelectual, o que nós compensamos.

Quero, inclusive, dizer àqueles que fizeram acusação de que eu não tive a vontade ou a coragem de retirar a unicidade sindical e àqueles que disseram que não são advogados, que eles deveriam saber que a unicidade sindical é constitucional, e essa é uma ação ordinária, um projeto ordinário. Nós não poderíamos agredir essa situação.

Mas fizemos aqui um repto ao Governo. O próprio projeto de lei, para não perdermos o embalo, é um projeto da reorganização do movimento sindical do Brasil.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos dar fim a esta sessão. Isso é uma palhaçada. Aprovou-se uma desgraça contra os trabalhadores, e vamos ter que ficar aqui ouvindo. *(Apupos no plenário.)*

São criminosos. Isso é crime contra a humanidade.

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero agradecer, Sr. Presidente, a educação da Oposição, que certamente tem a capacidade de ouvir, contraditar.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Vamos parar com essa festa aí. Temos é que chorar.

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** - E, no mais, Sr. Presidente, quero dizer que o Brasil anda, apesar daqueles que querem colocá-lo para trás.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Anda para trás.



**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Está andando para trás.

(**Não identificado**) - Parabéns, Rogério Marinho.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Estamos andando 80 anos para trás. São criminosos.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Que democracia é essa em que se coloca uma urgência para votar? Não conseguiram aprovar a matéria, botaram para votar de novo, e querem falar em democracia.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- São 80 anos de retrocesso, e para tirar direito de pobres.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Um projeto com 9 páginas. Artigos foram modificados. E o Relator entrega o projeto com 200 modificações.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - V.Exas. querem acabar com a resistência a esse projeto ilegítimo que estão querendo colocar em prática.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Acabou a boquinha.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Parou a festa aí, mano. Vai chorar mais que os trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Laerte Bessa com a palavra.

**O SR. LAERTE BESSA** - Sr. Presidente, é para encerrar, senão vai começar o desrespeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já vou encerrar, Deputado.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Esse bolinho está sendo feito agora, mas eu quero ver o bolinho depois do dia 28. É isso que a gente quer ver.



**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Tenha vergonha disso que está fazendo, Paulinho.

**O SR. JULIO LOPES** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Aproveito para informar que por determinação do Dr. Ives Gandra Martins toda a Justiça do Trabalho no Brasil vai funcionar na sexta-feira.

**O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA** - O Lula, a Dilma e o Palocci que vão liderar a greve.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Vêm falar em democracia nessa altura do campeonato? Perderam na urgência, botaram para votar de novo, até conseguir ganhar. E vêm falar em democracia? Por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 159;

NÃO: 259;

ABSTENÇÃO: 5;

TOTAL: 423.

A EMENDA FOI REJEITADA.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência informa que foram retirados os Destaques nºs 1, 3, 10, 13, 14, 15, 19, 20, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 48, 49, 50 e 55. Está prejudicado o Destaque nº 52.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

#### VI - ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que haverá Sessão Não Deliberativa Solene hoje, quinta-feira, 27 de abril, às 9 horas e 5 minutos, em homenagem ao centenário do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro — SINDIMETAL.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

*DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para, hoje, quinta-feira, 27 de abril, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Medida Provisória nº 752, de 2016. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.

Está encerrada a sessão.

*(Encerra-se a sessão às 2 horas e 6 minutos.)*